

Atos do Executivo nº 351473

Disponibilização: 26/04/2023

Publicação: 26/04/2023



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

Assessoria Jurídica

Rua do Paraíso, nº 387, - Bairro Paraíso - São Paulo/SP - CEP 04103-000

Telefone:

PROCESSO 6027.2023/0004630-0

Ata SVMA/AJ Nº 082120847

ATA da 252ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

DIA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO

Realizou-se na data de 12 de abril de 2023, quarta-feira, sob a condução do Sr. Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, representando neste ato o Secretário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do CADES Sr. Eduardo de Castro a 252ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, com início às 10:13h, de semi presencial (presencial no prédio da SVMA e online plataforma Microsoft Teams), convocada pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

PAUTA

- 1. Aprovação da Ata da 251ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;**
- 2. Posse da Conselheira Sra. Cassia Adriana Alves Ribeiro da Cunha, representante da Secretaria Municipal de Justiça – SMJ;**
- 3. Apresentação do projeto “Infraestrutura Verde” (Jardins de Chuva), pelas Sras. Cyra Malta e Ligia Pinheiro da Coordenação de Planejamento Ambiental - CPA;**

4. Apresentação do tema “Biosampa”, pelo Sr. Rodrigo Martins da Coordenação de Planejamento Ambiental - CPA;

5. Apresentação sobre a alteração da Resolução nº131/CADES/2009, pelo Sr. Juliano Formigoni e Sra. Érika Valdman da Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA;

6. Sugestões de temas de pauta para futuras reuniões do CADES.

PARTICIPANTES

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA

Otávio Prado – SVMA/CPA

Cyra Malta – SVMA/CPA

Ligia Pinheiro – SVMA/CPA

Érika Valdman – SVMA/CLA

Romulo Araújo Fernandes – SME

Claudia Abrahão Hamada – SME

Lara Cavalcanti Ribeiro de Figueiredo – SMUL

Janaina Soares Santos Decarli - SMT

Douglas de Paula D Amaro – SIURB

Og Oliveira Pinto - SMADS

Magali Antônia Batista – SMS

Claudio de Campos – SMSUB

Thais Joyce da Silva Amorim - SMSUB

Luca Otero D Almeida Fuser - SMC

Cassia Adriana Alves – SMJ

Giovana Barbosa de Souza – SVMA/UMAPAZ

Rosélia Mikie Ikeda – SVMA/CPA

Tamires Carla de Oliveira – SVMA/CGPABI

Juliano Formigoni – SVMA/CLA

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA

Waleska del Pietro Storani – CREA

Carla Geanfrancisco Falasca – CREA

Maria Cristina de Oliveira Reali Esposito – OAB

Fátima Cristina Faria Palmieri – UGT

Maria Aparecida Silva – UGT

Carlos Alberto de Moraes Borges – FECOMERCIO

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni – ACSP

Tereza Cristina M. da Cunha – Macrorregião Sul 1

Jaciara Shaffer Rocha – Macrorregião Sul 2

José Ramos de Carvalho – Macrorregião Norte 2

Delaine Guimarães Romano – Macrorregião Leste 1

Oswaldo Fernandes da Silva – Macrorregião Leste 2

Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Conselheiros e Conselheiras, o nosso quórum ao vivo e a cores está cada dia maior, o que deixa a gente muito contente, obviamente, a gente sabe das dificuldades de todos e a gente deixa sempre aberto essa possibilidade de também o acesso ser feito via nossa plataforma Teams. Então, começando. Na qualidade de Presidente da mesa, eu, Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo, dou início à 252ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo – CADES. Convocada nos termos do artigo 7º do Regimento Interno, conforme resolução N°140/CADES/2011 que se realiza na data de hoje, dia 12 de abril de 2023, quarta-feira, às 10h13min. De forma presencial e semipresencial, na sala de reuniões do prédio da Secretaria do Verde, andar térreo e virtualmente através da plataforma Microsoft Teams. Passo como de forma habitual, a palavra para nossa Coordenadora Geral do CADES, a Sra. Liliane Arruda Lima para darmos início a nossa reunião e a pauta do dia. Muito obrigado e feliz aí pela presença de todos. Que a reunião seja profícua para todos. Abraços e a gente já se fala.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Secretário Carlos. Todos me ouvem? Porque como estou aqui do lado do Carlos, nosso Secretário... estão todos me ouvindo? ... certo. Bom dia a todos aqui presentes. Quero agradecer também a presença do Sr. Angelino, do Marcelo da cidade.com, da Érica, o Yuri que vão apresentar também aqui hoje, da Cyra também e a Lígia também aqui conosco presente. Quero agradecer a Educa libras, principalmente o Marcelo que está aqui conosco, nos auxiliando e passando agora para o primeiro ponto do expediente do dia: aprovação da ata da 251ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Colocamos em votação e aprovação do referido item. Aprovada por unanimidade.

Passamos agora para o segundo ponto do expediente: posse da Conselheira Cássia Adriana Alves Ribeiro da Cunha representante da Secretaria Municipal de Justiça (SMJ). Neste item iremos proceder com a posse da nossa Conselheira titular representante da Secretaria Municipal de Justiça no CADES do conforme substituição realizada pela portaria, designação do SMG 48 15 de março de 2023. Dessa forma, passo a palavra ao nosso Presidente da mesa, Carlos Vasconcelos, para dar a posse a mesma. Obrigada. Carlos...

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Meu privilégio e minha satisfação receber sempre os novos membros do nosso CADES e com isso eu aproveito para desejar as boas-vindas a nossa nova Conselheira, a Sra. Cássia Adriana Alves Ribeiro da Cunha que representa a nossa Secretaria Municipal de Justiça né, e Secretária Eunice Aparecida, grande parceira das nossas Secretarias, da Prefeitura de São Paulo, da Secretaria do Verde. É uma grande honra para mim e para o CADES empossá-la e saber que a participação dela e da Secretaria Municipal de Justiça só vai somar com as atividades dos nossos Conselheiros e do nosso Conselho de Meio Ambiente. Se a senhora Cássia quiser fazer alguma menção ou pronunciamento, a gente abre o microfone para ela, muito obrigado.

Cassia Adriana Alves – SMJ: Bom dia a todos. Um grande prazer poder participar desse Conselho e representar a Secretaria Municipal da Justiça, muito obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Cássia, muito bem-vinda mais uma vez e como eu falei, a sua presença e a presença da Secretaria Municipal de Justiça só soma com nossas atividades e com a nossa representatividade. Muito obrigado e um abraço muito fraterno à Secretaria Eunice.

Cassia Adriana Alves – SMJ: Será dado.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Seja bem-vinda Cássia.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Empossada. Agradecemos a menção da Cássia e eu passo novamente a palavra para nossa Coordenadora Liliane para a gente passar para o próximo ponto da nossa pauta.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Secretário. Estamos aqui do lado um do outro, aí dá microfonia, nós dois aqui juntos. Passando agora para o terceiro ponto do item, só que vamos aguardar só um minuto porque a Cyra e a Lígia estão aqui comigo e elas estão arrumando aqui a parte da apresentação que vai ser apresentação do Projeto da Infraestrutura Verde - Jardins de Chuva, pela Sra. Cyra Malta e Lígia Pinheiro da Coordenação de Planejamento – CPA, que é da nossa Coordenadora Rosélia. Só um minutinho, por favor. Ciara?

Jaciara Shaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Oi. Bom dia queridos, tudo bem? Eu levantei a mão para enquanto está preparando, fazer uma pergunta, quando a gente fez a reunião que até eu trouxe o pessoal de Soluções Baseada na Natureza de Minas e de Campinas, eu tinha até proposto para que a gente pudesse montar uma Câmara Técnica somente de Soluções Baseadas na Natureza e eu queria reiterar isso para que a gente pudesse fazer, o que que vocês acham dessa... até aproveitar e aí convidar a Cyra também, ela é a minha parceira de trabalho, a gente fez pós-graduação juntas, ela é um excelente técnica e a gente precisa dessa turminha boa aí para a gente melhorar a cidade de São Paulo.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Olha só que bacana... vamos lá galera à apresentação... já está subindo, legal.

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: Bom. Como a gente tinha combinado, a gente veio apresentar um projeto piloto que a gente desenvolveu na Subprefeitura da Vila Mariana e que a gente estendeu para a Subprefeitura Sé e Mooca ainda em andamento. Pode passar para o segundo... aproveitando a inspiração do orçamento cidadão e a gente tendo no PLANPLAVEL ações relacionadas às Soluções Baseadas na Natureza, a gente resolveu experimentar a conexão para criar a governança a partir da gestão local, então a gente contratou a Subprefeitura (som ininteligível) Subprefeito Luiz Felipe, a gente conversou com o CADES Regional da Vila Mariana e apresentou a proposta que a gente tinha intenção de avaliar, pensar onde estavam as Infraestruturas Verdes nos casos de Jardins de Chuva da Vila Mariana e a gente convidou a (som ininteligível) para participar, eles têm (som ininteligível) modelo de

arquitetura. E aí a gente teve então a colaboração deles, dos estudantes, num projeto de extensão onde o estudante vai identificar né, as Infraestruturas Verdes e aí a gente seguiu com esse projeto. A gente considerou os ODS, em especial o ODS 16 e 17 que é a Justiça Ambiental e essa efetividade dos Processos Públicos da Governança, a gente entende que Soluções Baseadas na Natureza está além dos Jardins de chuva, mas essa foi a inspiração até porque foi uma proposta do Orçamento Cidadão, de implementação da Infraestrutura Verde a partir do Guia Metodológico do IPT. E aí a gente foi desenvolvendo esse processo, mas a gente tem plena consciência que vai muito além. Então as imagens que a gente traz aqui são de horta urbana, de agricultura urbana, de produção de água a partir de Cacimba e de compostagem nas praças. Então a gente vai para Além da questão da água quando a gente pensa nas Soluções Baseadas na Natureza.

Então essa propositura toda é a gente ter essa inspiração experimental a partir do Orçamento Cidadão e do Guia Metodológico do IPT e a gente então foi fazer essa análise da possibilidade de aplicação do Guia Metodológico do IPT na Subprefeitura, a gente tinha essa pergunta, “Será que é possível aplicar o Guia Metodológico do IPT, será que a Subprefeitura com o corre-corre da zeladoria dela e das obras que ela tem que fazer, das coisas que ela tem que manter, ela consegue parar para fazer um planejamento dentro da lógica proposta pelo Guia Metodológico”, então a gente foi dar uma olhada nisso e chegou alguns resultados. A gente considerou, além do Guia Metodológico IPT, a gente considerou também no PLANPAVEL, tem uma metodologia de diagnóstico de indicadores sócios ambientais realizados na Subprefeitura de São Mateus, então a gente capturou alguns dos indicadores ambientais para pensar o território da Vila Mariana e como que ele aconteceria, porque a nossa intenção, a gente como “conclusão” digamos assim, desse processo de diálogo com a sua Subprefeitura, com a Sociedade Civil, com a Universidade, a gente chegou a conclusão, talvez a gente pudesse produzir um material, seria uma cartilha, alguma coisa, assim com esses indicadores para a Subprefeitura utilizar como orientação de onde ela poderia pensar em colocar as Infraestruturas Verdes. Então a gente fez a análise da Vila Mariana, gerou esses “mapinhas” (som ininteligível) um indicativo do território que a gente indique. No caso da Sé a gente fez as análises também porque no orçamento cidadão a Subprefeitura Sé... A Subprefeitura Sé e Mooca também tinham essa mesma meta de implantação de Infraestrutura Verde e considerando o Guia Metodológico do IPT. E aí para a Subprefeitura Sé e Mooca a gente fez contato com a escola da Cidade e com a escola São Judas, a Universidade São Judas e Universidade Escola da Cidade para fazer essa mesma parceria, pensando nessa questão da extensão, de um processo de formação com os estudantes.

Lígia Pinheiro: Aproveitar só para destacar nesse aspecto das Faculdades que ficaram parceiras desse processo, são Faculdades que estão no território dessas Subprefeituras, então a FMU ela está ali na Vila Mariana e já tem uma parceria ali com a Subprefeitura de outros projetos de extensão. A Escola da cidade está na Sé e a São Judas está na Mooca né, uma das unidades, então pouco tem essa lógica e a gente viu que esse procedimento tem uma possibilidade de ampliação.

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: De pensar sempre essa questão da estrutura do território. Aqui foi as vistorias que a gente fez com juntas com os estudantes para identificação de estruturas, no caso, a gente usou as infraestruturas implantadas na Rua das Uvaías porque ali a gente tem o controle do dimensionamento, do projeto técnico, então a gente conversou ali com os estudantes do que que eles iam visualizar né.

Lígia Pinheiro: E estabeleceu junto um procedimento das vistorias dos demais Jardins de chuva na Subprefeitura, então o primeiro procedimento foi buscar essa lista das Infraestruturas Verdes nas Subprefeituras, então a própria Prefeitura fornecer uma planilha com esse levantamento, os estudantes fizeram o primeiro mapeamento, colocaram identificador para cada Jardim de chuva, a gente fez uma vistoria junto no Jardim de chuva onde tem ali um sucesso, que foi bastante rico, (som ininteligível) ter um envolvimento ali de Sesc, o projeto foi feito de uma forma participativa, então a gente fez uma visita lá, diversos atores ali que participaram daquele processo e dali foi possível mostrar um pouquinho, explicar para os estudantes né, que é essa prática também pedagógica e a partir dali os estudantes foram com os mapeamento que eles fizeram, foram fazendo vistorias em outros Jardins de chuva.

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: Lembrando que ali na Rua das Uvaías foi desenvolvido um projeto que é o PPAC, que é o projeto de calçadas e de árvores, então tem uma visão mais ampla do que a Infraestrutura Verde, ali tem a questão do (som ininteligível) de trânsito (som ininteligível) das calçadas, então isso que a gente quis mostrar para os estudantes, essa visão de uma realidade e o potencial né, então quando eles fossem a Campo observarem se essas coisas acontecem também, se havia uma integração do ponto de vista de projeto né, de melhorias para a cidade. A gente teve alguns resultados, então a FMU teve a participação de estudantes de Engenharia Ambiental e esses estudantes, então fizeram uma modelagem pensando como que seria com taxa de retorno de 2 de 5 anos, de 10 anos e aí fizeram... se vocês verem ali tem alguns pontinhos, ali a gente tem esses indicadores amarelos, eles são os lugares onde os Jardins de estão aí a gente tem

um conjunto de pontinhos que aparece a montante do Rio que é a parte mais alta, digamos assim, da bacia hidrográfica do Uberaba aonde tem a indicação de sugestão, de onde poderiam estar localizados a partir dessa modelagem, os Jardins de chuva como complementação para macro drenagem, então eles usaram os dados do caderno de drenagem desenvolvido pela FCTH e SIURB, em parceria com a SIURB.

Lígia Pinheiro: E aí também acho que vale destacar que essa, vamos dizer assim, a gente fez um, chamou até de laboratório, esse momento que a gente está trabalhando com essas universidades né, os laboratórios de SBN. Então foi uma modelagem nível experimental, então partiu ali da bacia hidrográfica do Uberaba que é uma das bacias aonde a Subprefeitura da Vila Mariana está inserida, tem outras bacias ali, de outros córregos, então partiu-se desse exercício dessa bacia né, porque essa bacia tem um caderno de drenagem produzido pela SIURB, FCTH que já tem alguns dados e o exercício nesse sentido foi utilizar a metodologia do próprio caderno de drenagem que faz a modelagem por bacia e que vai colocando uma série de dados né, para gerar essa modelagem e aí o avanço ou teste foi inserir a Infraestrutura Verde nessa modelagem, então os estudantes foram lá, discutiu o modelo do Jardim de chuva, qual seria a dimensão e tal, e foi testando uma quantidade ali que são esses pontinhos que a Cyra chamou atenção, mais branquinhos né, uma quantidade enorme, foram feitos a inserção desse tipo de modelo de Jardim de chuva na parte alta da bacia hidrográfica e vendo quanto isso repercutia de impacto positivo na bacia a partir da implantação desses Jardins.

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: Então cada Universidade fez uma contribuição. A gente tem a apresentação específica disso, num evento que a gente fez, então quem quiser entender melhor o que foi o trabalho na FMU com seus alunos de extensão, vai poder acessar isso que, inclusive, está na nossa página da Secretaria do Verde, a gravação do que foi esse evento e aí tem essa apresentação mais detalhada que é bem bacana. Aqui já é o resultado, um dos produtos da Universidade São Judas foi pensar em utilizar um aplicativo aonde você poderia ir colocando. Então esse é um dos produtos, pensar uma plataforma colaborativa, então todo esse processo de cocriação conjunta vai permitindo que a gente tenha ferramentas, possibilidades e os estudantes que isso é muito importante, os estudantes terem essa liberdade de criar junto com seus professores a partir de uma realidade concreta, existente, uma cidade construída que é o que nós temos. Aí para nós em termos de Orçamento cidadão, o que nós fizemos isso vai ficar disponível, a gente ainda não subiu para a página da Secretaria, mas a gente pretende subir o mapa com a localização das infraestruturas que a Subprefeitura nos fornece a informação para que as pessoas possam saber aonde estão essas

Infraestruturas Verdes, Jardins de chuva ou outras tipologias. E aí vocês podem ver que a Subprefeitura Sé que foi um lugar onde... isso, foi um baita teste da Prefeitura de São Paulo, então é aonde a gente concentra...

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Uma grande quantidade de Jardins de chuva.

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: E Infraestrutura Verde.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Lá começou e foi o plano piloto para depois espalhar na Cidade.

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: E a gente né... o nosso projeto piloto é numa relação das Universidades, é de mapeamento, não é de implantação, é de pensar a possibilidade, a potencialidade do uso do Guia Metodológico do IPT, se é possível, se não é, como que poderia ser. Então esse é o nosso trabalho aqui.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Passo posterior a implantação. Você já trabalha com a parte de montante de rios, ou seja, você facilitar com que os Jardins de chuva seja...

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: Seja um funcional de retenção da velocidade, é essa a ideia. A gente apoiar a Subprefeitura na sua decisão de onde (som ininteligível).

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Trazer a geografia para dentro do projeto dos Jardins de chuva para facilitar a recarga dos lenções da cidade.

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: Exatamente. A gente permitir que a água seja retida, que ela infiltre, que contribua com a recarga. Então é isso, assim, a gente aqui entende que precisamos construir resiliência, a gente traz esse João de Barro que resiste né...

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Agora o desafio é espalhar isso aí em todas Subprefeituras da cidade. E fazer a própria inovação pra... (fala

interrompida).

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: A gente também traz um componente aqui nessa imagem, a nossa intencionalidade foi essa, de trazer o quanto que é importante cada um de nós, à ação individual também né, então a gente tem aqui uma pessoa que faz a construção do solo, que faz reciclagem de resíduos orgânicos e que constrói então uma horta na sua casa, então a gente tem o início do processo que também é SBN, que é você compostar na sua casa e produzir alimento né, então a gente fecha aqui um ciclo ampliando nessa visão da SBN e do projeto que a gente desenvolveu e agradece aqui o Secretário de permitir...(fala interrompida).

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: É o contrário, a gente tem que agradecer.

Cyra Malta Olegário – CPA/SVMA: E é isso aí, essa foi a nossa intencionalidade, o primeiro passo e agora a gente vai ampliar essa ideia do laboratório de SBN para fazer mais, assim a gente espera.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: A gente se envolve, fala com os Prefeitos, fala com as outras Secretarias, a gente tem o apoio das Secretarias, das Subprefeituras, porque a nossa querida Carol que é Secretária Adjunta, ela foi uma das precursoras desse projeto, já ganhamos prêmios e a ideia agora é fomentar o desenvolvimento disso e já no estágio 2, ou seja, utilizando como a gente estava falando, utilizando todo estudo, geografia, para que o Jardim de chuva não seja apenas uma fonte de recarga dos lençóis freáticos, mas também um meio de facilitar o escoamento ainda durante a chuvas, é um projeto que todos nós da Prefeitura e eu tenho certeza que eu posso falar isso nome do Secretário, em nome das outras Secretarias do Município de São Paulo que só vem agregar, é muito importante que a gente faça a divulgação própria desse projeto para a Sociedade, para que eles entendam o que são os Jardins de chuva, porque eles estão ali e porque é importante preservar essas novas áreas né, assim como outras campanhas de não jogar lixo na rua, mas utilizar isso daí e mostrar que a Prefeitura está sempre trabalhando para melhorar o meio ambiente, é fantástico esse projeto, muito bacana, sempre envolver a Academia nos nossos projetos porque também é uma forma de crescimento e uma forma de divulgação, Academias, Faculdades, Universidade, também fomentam e divulgam esses projetos e os pesquisadores estão sempre buscando essas oportunidades, a gente só tem que bater palma e agora trabalhar para continuar a fomentar e desenvolver esses projetos. Já partimos dos Jardins de chuva, já estamos numa segunda fase e vamos continuar

desenvolvendo, é muito bacana. Eu agradeço, a Secretaria agradece, vamos em frente. Apoio é que não falta. Liliane...

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Secretário. Obrigada Cyra, Lígia pela excelente apresentação e contribuíram bastante aqui com a nossa Secretaria e com o CADES também que é uma apresentação aqui, elas têm bastante projetos aqui conosco pela coordenação da Rosélia, então eu quero agradecer aqui. Vou dar a palavra para o Sr. José Ramos que ele levantou a mão, por favor, Sr. Zé Ramos.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Bom dia Zé Ramos... Zé Ramos seu microfone está desligado.

José Ramos de Carvalho – Macrorregião Norte 2: Oi. Bom dia, bom dia a todos. Dentro ainda dessa fala do projeto do Jardim de chuva, eu achei a fala ainda muita acadêmica, que na verdade quando a gente cita as Subprefeituras a gente incorre aqui um monte de coisa, inclusive política também né, então isso nós precisamos (som ininteligível). Eu achei interessante a fala da Ciara quando ela comenta sobre a instalação da Câmara Técnica do SBN né e aí eu vou dizer porque, nós somos vítimas direta de enchentes, não são 20 mil pessoas, são 500 mil pessoas. Então esse projeto, a importância dele é para ontem, é visto que o El Niño começa agora em junho de 23, então há necessidade de a gente sair dessa discussão acadêmica e vim para o chão de barro, quer dizer o chão de água, o chão de esgoto que a gente sofre aqui. Então o que eu acho que é interessante até porque os CADES regionais vêm gritando isso diretamente, se vocês pegarem as Atas dos CADES, principalmente do Jaçanã e especialmente da Vila Maria, a gente vem gritando desde 2021 sobre Jardins de chuva. E sempre a fala do Subprefeito, e aí com toda razão, que não tem orçamento específico para essas nossas Prefeituras e que nós deveríamos ir atrás de vereadores para que se consiga verba para instalação desse Jardim de chuva, tanto no Jaçanã como, inclusive, a última discussão no CADES Jaçanã é por isso que eu acho que tem que ter o olhar para o CADES Regional né, porque o CADES regional está ali representado a Sociedade Civil local e todas as questões, nós estamos discutindo aqui dentro do CADES Municipal que seria a nossa (som ininteligível). Então eu tenho medo dessa academia de Vila Mariana e tal, só que a Várzea está aqui embaixo, a várzea está na Vila Maria, está no Aricanduva, a Várzea está aqui no Vale do Rio Cabuçu e a Várzea tem gente morando e tem gente que vai sofrer agora no verão de 24 e só não sofremos em 23 porque nós estávamos numa linha e a chuva vem sempre do mar para o continente, então eu acho que nós temos que... eu concordo absolutamente e eu acho que tinha que jogar para aprovação agora a

instalação da Câmara Técnica de SNB, até porque com esse projeto, prezado Carlos, SBN, a gente foi preterido na construção desse Polo Logístico Dutra, que dizimou várias ações de SBN das quais, vou dizer assim, nós estamos carecas já de discutir aqui no CADES, mas de qualquer maneira a título de colaboração para a Cyra e os demais parceiros que estão nessa luta aí do laboratório, sim, eles têm que vir para o chão de barro, não ficar na Vila Mariana que não tem uma gota d'água lá, é vir aqui sentir as pessoas, sentir como é de fato essas construções e a importância do Jardim de chuva para nós aqui, tem a Vila Medeiros que está na parte alta, então quantos Jardins de chuva tem na Vila Medeiros, nenhum, quantos tem na Vila Gustavo, nenhum, que são parcial altas né e na parte baixa, é lógico, a gente só vai ter que rezar para que nesse sistema de drenagem segurar esse volume né, Carlos, é fácil entender isso, para que a gente não tenha o volume tão alto e que a drenagem possa fluir adequadamente. Então me preocupa ainda a gente estar nesse momento acadêmico até porque, aí invoco né a Liliane que é a nossa Diretora responsável dos CADES, de ter esse olhar de fato, esse grupo, para os CADES, verificando as Atas dos CADES e eu estou aqui puxando a nossa sardinha né, diria assim, porque eu sou representante da Macro norte 2, o que que é Macro norte, desde a Cantareira que começa no Sambódromo e termina na divisa com Guarulhos e já não dá mais pra gente brincar de academia, a gente tem que brincar de pôr o pé no barro mesmo, vim aqui participar da reunião entre os CADES Jaçanã e Vila Maria e de outros CADES que tem esse tipo de questão de enchente. Então seria esse o meu “desabafo” porque ele já é contínuo aqui no CADES, mas de qualquer maneira estou com a Ciara, voto sim pela instalação da Câmara Técnica e agradeço a oportunidade e vou colaborar com o pessoal aí, mas menos academia e mais pé no barro aqui, por favor.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Zé Ramos, os seus pronunciamentos, as suas complementações são muito bem-vindos. É muito bacana pelo menos para mim e eu falo isso daí também como Adjunto, a gente ver a forma dedicada que você protege a região norte, a gente deveria ter mais José Ramos na Prefeitura, no CADES e trabalhando para São Paulo. Então eu agradeço e parablenizo. Deixa eu falar um pouquinho sobre Jardim de chuva e isso aí é muito legal, não é um projeto tão antigo, é um projeto que o piloto foi feito como a gente comentou na região central da cidade, foi projeto piloto, como eu falei, até por essa iniciativa nossa, da Cyra, da Sub Vila Mariana onde o Felipe é realmente um grande Prefeito e trabalha muito pelo meio ambiente, então a gente tem certas facilidades, eu tenho certeza que isso daí conta, a facilidade que a gente tem de trabalhar com a academia e com Subprefeitos que tem experiência e que tem no tema do meio ambiente uma das suas Bandeiras, mas não obstante, voltando, o projeto de Jardim de chuva é um projeto da Secretaria do Verde, é um projeto das Secretarias das Subprefeituras, é um projeto da Prefeitura de São Paulo, então se a gente puder

trabalhar e eu falo em nome da Secretaria do Verde, se a gente puder trabalhar junto com vocês, junto com os representantes da Região norte, junto com a Subprefeitura, a gente, como eu gosto de falar de forma fraterna e carinhosa, a gente pega na mão de vocês, vai bater na porta dos Vereadores, na porta da Subprefeitura, vamos conversar com a Carol, vamos conversar com os Subprefeitos, mostrar a importância desse projeto, que esse projeto já foi implantado no centro, continua sendo, já foi implantado na Vila Mariana, tem trazido o resultado e que isso aí melhora a nossa prevenção a alagamentos, a grandes chuvas, a fenômenos climáticos e, obviamente, tem todo uma questão, a cidade fica mais bonita, a gente tem mais verde na cidade, a gente está transformando áreas em áreas que estavam completamente vedadas em áreas verdes, em áreas de escoação, a gente está colaborando com os lençóis freáticos, com a recarga dos lençóis freáticos da cidade em evitar alagamentos, ou seja, a gente tem um número razoável de justificativas para viabilizar e fazer com que financeiramente a gente consiga a colaboração tanto dos Vereadores, de orçamento de Prefeitura, ou seja, é o que eu estou falando, você tem a nossa mão, o nosso interesse, o nosso envolvimento para fazer isso daí acontecer. Então vamos juntos na Carol, nas Sub, nos vereadores, estou me colocando à disposição, eu Carlos Vasconcellos, estou em colocando à disposição, venham conversar comigo, vamos marcar, vamos fazer agenda, as nossas áreas técnicas estão também à disposição, então isso daí é meio ambiente na veia, vamos fazer isso acontecer. Opa, eu comecei a falar (som ininteligível) de gente, vamos lá.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: O primeiro aqui é o Sr. Ângelo. Por favor.

Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3: Bom dia Secretário. Bom dia Conselheiros. Primeiramente parabenizar pela apresentação, São Paulo está precisando de muitos Jardins de chuva para ver se a gente diminui a quantidade de enchentes na cidade. Infelizmente na Zona Leste tem um projeto que está indo contramão, que é aquele projeto da Aricanduva pela esquerda, tivemos quarta-feira passada uma reunião lá no Conselho da APA do Carmo do Parque Natural, no qual o representante da Secretaria e obra apresentou o projeto e uma triste notícia que eles falaram, que com o projeto vai permeabilizar pelo menos 25% na área da Avenida Aricanduva. Já sabemos a quantidade de enchentes que ocorrem a margem do Rio Aricanduva e diminuindo 25% da permeabilidade eu acho que vai ficar triste, embora isso, eles praticamente vão acabar com o que a gente chama de um “Corredor Ecológico” que vai da *Ragueb Chohfi* até a Rua do Parque do Carmo que é uma compensação ambiental que aconteceu na época do Secretário Eduardo Jorge que reconheceu o erro dele que até o Parque do Carmo ele mandou fazer, mas do Parque do Carmo para frente que é da APA, ele esqueceu de consultar o Conselho da APA porque não

tinha ainda o Parque Natural e em diversas conversas, inclusive, na época o Secretário da Prefeitura era o Marcos Penido que agora está no Governo do Estado, entramos no (som ininteligível) e ele mandou arborizar e construiu a pista de caminhada e a ciclovia e há notícias que com esse projeto vai acabar também com isso, quem conhece esse pedaço entre a *Ragueb Chohfi* até o final da APA nunca esteve tão arborizado, tão bonito né. Infelizmente nós vamos fazer o quê. Ainda estamos discutindo a questão e mais para frente eu volto a falar aqui a respeito, como já havia falado particularmente com o Secretário. Obrigado, bom dia para todos.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Obrigado Sr. Ângelo. A gente tem que trabalhar e tem que estar atento aos projetos que eventualmente dificultem o trabalho em contra o meio ambiente, mas isso é uma visão pessoal minha, a gente tem que sempre tentar contrabalançar desenvolvimento e proteção ao meio ambiente, a gente não pode ser extremista, nem de um lado, nem de outro. No caso, sempre por conta do desenvolvimento a gente vê (som ininteligível) a gente tem sempre que lutar por compensações e que essas compensações sejam realizadas na própria região, então no caso de uma obra nova existe sem o espaço para a gente bater com o responsável na Secretaria, responsável pela obra e tentar conversar, negociar sobre compensações ali na própria região. Como eu falo sempre, a nossa sala está aberta, o telefone, para junto com a Sociedade organizada a gente intermediar e fazer a proteção de vida das nossas áreas verdes, ok, Sr. Ângelo.

Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3: (som ininteligível) de compensação a gente pode levar, porque no caso eles querem só dar o dinheiro e às vezes não é vantajoso.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Sem dúvida.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Vamos só organizar as falas aqui, por favor. A gente tem aqui a Ciara, a Cris Palmieri, a Rosélia e o Cláudio. Então a que está na fila primeiro, a Jaciara, logo em seguida a Cris Palmieri, logo em seguida Dona Rosélia e em seguida Sr. Cláudio. Por favor, Ciara.

Jaciara Shaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Oi, bom dia a todos. Parabéns para a Cyra pelo belíssimo trabalho, parabéns para todos nós. A minha proposta continua de pé, eu posso até organizar essa questão da Câmara Técnica, como já fizemos outras Câmaras técnicas aqui no CADES baseado mesmo na questão das Soluções Baseada na Natureza porque não é só o Jardim de chuva, a gente tem todo uma questão da Agricultura Urbana, a gente tem todo um montante dentro dessas soluções porque não é apenas uma solução, a gente tem que basear na questão da biodiversidade no ecossistema para que a gente possa ter uma cidade mais

resiliente e além dessa proposta, o que que acontece, só para dar um parâmetro para outros CADES né, para outras pessoas que representam outros CADES das Subprefeituras. O que eu tenho feito dentro da Zona Sul, do CADES de Santo Amaro, evidentemente, eu tenho feito o que o Secretário Carlos tem sempre falado desde o ano passado, a gente precisa ter um projeto, então o que acontece, eu fiz alguns apoiadores de projeto, até a minha própria empresa como apoiadores desses projetos voluntários, a gente está conversando com os vereadores, então tem que apresentar um projeto, apresentar isso para os vereadores para os vereadores entenderam o que é Solução Baseada na Natureza, o que é um Jardim de chuva, por exemplo, porque nem todo lugar cabe um Jardim de chuva, mas caberia uma Rotatória Verde porque a gente tira o asfalto da rotatória, faz uma Arborização Urbana, como eu e a Cyra agora a gente pode falar como especialista que nós somos né Cyra e a gente já trabalha com essa questão de ter uma... isso que o Sr. Ângelo falou, tirar o concreto da cidade de São Paulo, nos locais que forem necessários e para isso precisa ter pessoas técnicas como engenheiro florestal, arquiteto e urbanista, enfim, todo esse (som ininteligível) do qual a gente montando essa Câmara técnica dentro do CADES Municipal e isso pode ter um local de referência, a gente pode criar isso junto com a UMAPAZ, a gente está falando em UMAPAZ para descentralizar, isso é uma forma também da gente montar essa Câmara técnica, que a gente possa depois ter as mini Câmeras técnicas dentro de cada Subprefeitura e isso elevaria mais à vontade e isso a gente abriria no futuro, sei lá, editais para Arquitetos, Engenheiros que pudesse agregar essa questão como apoiadores também né, que eles iam divulgar a própria empresa deles, então fica aqui minha boa vontade e como técnica também para que a gente possa elevar isso da melhor forma possível.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Ciara, eu posso só fomentar, por favor. A Câmara técnica não cabe para a gente, como GT de trabalho, aí eu acolho sim a sua formação conosco aqui com a nossa Presidente, a gente conversa futuramente sobre isso com a Cyra e com a Lígia e a gente monta esse GT de trabalho, não com a Câmara técnica. Depois converso com a Lígia e com você juntas e a gente resolve isso, com a Cyra, eu, você, a Cyra e a Rosélia, juntas.

Jaciara Shaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Perfeito. Obrigada, eu falei (fala interrompida).

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Cris? Por favor.

Fátima Cristina Faria Palmieri – UGT: Bom, primeiramente estão me ouvindo? Bom dia a todos e a todas né, parabenizar pela temática que é importante a gente tornar a cidade mais Verde, inclusive, tivemos recentemente um evento com a ONU

habitat sobre o Verde na cidade e pela apresentação também. Bom, complementando aqui as falas, é muito amplo as Soluções Baseada na Natureza, muito importante, é da atualidade e é o que todo mundo está falando, tornar a cidade mais resiliente precisa envolver todos, toda a Sociedade, envolver Academia e esses futuros profissionais é de suma importância para agora e para o futuro e eles têm capacidade junto com os professores de alcançar alguns, vamos dizer assim, pontos e olhares que muitas das vezes nós não conseguimos pelo nosso dia a dia como profissionais, envolver também todo o entorno daquele local, nós temos aí as Subprefeituras, cada uma tem a sua realidade, então por isso das Soluções Baseadas na Natureza, nós temos aí a Zona Leste com ilhas de calor, como combatê-las, tornar a cidade menos concreto como o Ângelo falou, Sr. Ângelo e mais verde é imprescindível e representando aqui os trabalhadores nós temos a questão da mobilidade que é fundamental, quando acontece uma cheia, impacta, a vida desses trabalhadores, então vem muitas soluções, então a gente fazendo um grupo de trabalho e quem sabe a gente podendo ampliar para um evento falando sobre essa Soluções Baseadas na Natureza com vários atores, o representante das empresas, os representantes dos trabalhadores e o Poder Público, possamos chegar em relação a cada Subprefeitura como um congresso, por exemplo, onde a gente tira as demandas dessas reuniões e isso é muito importante porque a gente envolve as pessoas que realmente estão sofrendo com aqueles impactos que são em seus territórios. Então é isso que eu gostaria de falar para a gente poder pensar no grupo de trabalho e fazer algo muito maior para ter um retorno para a gente poder levar essa demanda né, e poder orçar com os vários atores em seus problemas.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Valeu Cris. Muito obrigado, as notas são sempre pertinentes, eu vou vindo e é por isso que eu gosto muito de dessa nossa prática, que a gente já começou já faz um tempinho de a gente ter apresentações frequentes nas nossas reuniões, elas nos incitam, nos provocam a continuar pensando em outras opções, a gente identifica e aprende o que que está acontecendo, quais são as novidades e a gente está sendo constantemente a provocar a pensar diferente, a ver o que que a gente pode fazer a mais, como a gente consegue ir além para sem impedir o desenvolvimento da cidade a gente tornar a Cidade mais verde, mais inclusiva, trabalhar junto com o meio ambiente para preservar mais a cidade e aumentar o número de Áreas verdes. Foi falado ainda a pouco sobre as rotatórias, gente, deveria ser básico, a gente talvez devesse ter Legislação Municipal para dizer “Olha vamos ter uma rotatória que a rotatória seja Verde” , “eu estava pensando aqui agora, vamos fazer uma nova Avenida que o centro da nova Avenida tiver área suficiente ela seja verde” né, fora nas áreas aí de tráfego de pedestres, são coisas que a gente pode trabalhar e não trabalhar pontualmente nas obras, mas sim trabalhar junto com o Legislativo Municipal para que sejam criadas Leis e para que isso daí torne uma realidade e norma na cidade

de São Paulo. Nesse ponto, eu como sempre falo, a gente está à disposição para ficar junto, para envolver a nossa equipe com essas novas ideias, essas novas alternativas e também pegar a área Técnica, a Sociedade Civil e bater na porta dos Vereadores, de bater na porta da Presidência da Câmara e da Câmara Municipal para que essas iniciativas que só melhoram o Verde da cidade se tornem normas, se materializem como normas dentro da cidade de São Paulo para que a gente não tenha que ficar trabalhando a cada projeto “Olha estão fazendo um projeto”, o Sr. Ângelo estava falando “Olha estão fazendo um projeto, vamos lá para ver se a gente consegue trabalhar área verde para compensar, para dividir um pouquinho, tem alguma área cimentada ou asfaltada para que a gente consiga transformar num Jardim de chuva”, ou seja, que essas iniciativas que visam a melhoria da cidade, que visem o ambiente da cidade se tornem legislação, que elas se materializem como Legislação e eu acho que isso aí é parte do nosso legado, é parte das... eu ousou até falar “obrigação” do CADES e de seus Conselheiros, é parte da obrigação da Secretaria do Verde trabalhar para melhoria da Cidade porque trabalhando o Verde, não só o verde beneficiado, mas também os Cidadãos e toda a nossa cidade de São Paulo, então Cris, muito obrigado pelas suas observações. Acho que agora é o Cláudio... Rosélia.

Rosélia Mikie Ikeda – SVMA/CPA: Bom dia a todos, estou com uma interferência, estão me ouvindo? Bom dia?

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Bom dia Rosélia (som ininteligível).

Rosélia Mikie Ikeda – SVMA/CPA: Eu não estava ouvindo vocês. Está meio fraco aqui, eu tenho uma obra aqui do lado também, teve uma interferência, mas eu queria, na verdade, acho que boa parte do que eu queria falar a Cris falou né, porque a fala do José Ramos foi muito enfático em relação a questão de um trabalho muito acadêmico né, mas talvez a forma da nossa apresentação tenha ficado acadêmico, de fato, mas a questão é o trabalho, eu acho que ele não é acadêmico, ele é exatamente juntar o que está na cidade, quer dizer é o chão da cidade, fazer os alunos porque esses alunos são os futuros profissionais que vão trabalhar com esse tipo de projeto, esse tipo de obra ou trabalhar com a cidade e o que o Secretário também falou, nós precisamos ter uma outra visão da cidade, isso que o Ângelo trouxe também, essa forma de você construir a cidade que é antiga, que já é do século passado, mas assim a cidade ainda continua porque assim que as pessoas sabem fazer, então nós temos que construir uma nova geração que olha a cidade de outro jeito e que traga soluções inovadoras, esse é o caminho que a gente

está percorrendo a medida que a gente trabalha com cursos de extensão Universitário porque esses são os profissionais que estão aí na “boca” para começar a trabalhar na cidade e esse olhar, se você constrói esse olhar de eles também trabalharem o Poder Público, ter o olhar da Prefeitura como parceiro, construir essas pontes porque o que nós temos hoje na Cidade é uma falta de pontos, cada um faz o seu pedacinho, cada um trabalha do seu jeito e essa falta de pontes é que faz uma cidade menos amigável, vamos dizer assim, menos harmônica, então essa busca da harmonia em cima de uma cidade que já está construída é um desafio enorme, a questão do Jardim de chuva que tem uma pequena contribuição com a drenagem da cidade, hoje é um acessório, então nós temos também conversado muito com a SIURB e a gente tem hoje já, sendo feito em Perus um “piscinão”, um reservatório associado a um Parque como, por exemplo, o Parque da Aclimação já é assim, é um Parque muito antigo que as vezes a gente tem que voltar àquela visão quando foi feito o Aclimação, então a gente conseguiu né, depois de mais de 10 anos de discussão com SIURB, de que lá fizesse um Parque junto com uma Reserva, então é uma construção que vai e volta, tem hora que você tem essas soluções, tem outra hora que você perde essas soluções. Então eu acho que essa coisa também de ter pessoas acompanhando é muito importante essa proposta da Ciara porque a gente também pensou num tipo de observatório de SBN né, porque a questão da Academia e dos estudos fazem com que a gente também escolha as melhores soluções para os melhores lugares, que a Prefeitura consiga fazer os melhores investimentos porque não adianta também a gente ir construindo uma coisa que a gente vai perder em poucos anos, então essa que é a ideia do estudo e também quando a gente fez esses estudos nessas três Subprefeituras foi por uma demanda do orçamento cidadão, o orçamento cidadão trouxe essas tarefas para nós, mas a ideia da gente é estender isso para o Município inteiro, quer dizer nós vamos continuar, nós não temos braços para trabalhar a cidade toda ao mesmo tempo, então a gente vai continuar fazendo esse trabalho, outras Subprefeituras, a gente está construindo uma forma de trabalhar e essa coisa da multiplicação através dos alunos, através do CADES Regional, a gente ter mais olhos e mais mãos para ajudar a enxergar os problemas e as melhores soluções. Então a gente pode pela urgência que o Zé Ramos sempre tem trazido sobre a Região Norte, a gente pode fazer uma reunião, poderão marcar uma reunião para a gente ver como a gente pode aplicar esse trabalho aí na sua região, a gente já pode começar a conversar sobre isso. Era isso que eu queria dizer, obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Obrigado Rosélia. É sempre bacana ouvir a Rosélia, a gente tem pessoas aqui muito especiais dentro da Secretaria e a Rosélia é uma dessas. É isso aí a gente tem que trabalhar junto com a Academia, junto com as Secretarias para fazer a necessária transformação de como a cidade é constituída. Muito obrigado Rosélia.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Rosélia. Nós vamos marcar esse encontro, eu, você, Cyra, a Lígia e vamos conversar para depois a gente passar isso para o CADES, montar esse GT de trabalho ou montar esse observatório, aí nós vamos passar para reunião do CADES e vamos convidar também os nossos Conselheiros e Conselheiras para quem queira participar junto conosco, isso aí depois eu converso com a Ciara junto com a Rosélia em nossa reunião aqui e passamos para vocês o que a gente pode debater. Passo agora a palavra o Cláudio, por favor.

Claudio de Campos – SMSUB: Bom dia a todos. Queria parabenizar a apresentação da Cyra e da equipe, trabalho muito importante aqui para Cidade e vai ser bastante importante para as Secretarias das Subprefeituras e eu estive ouvindo os problemas apontados pelo José Ramos, pelo Ângelo e tudo mais, enfim, a gente sabe que é difícil cobrir toda a cidade, mas as Secretarias das Subprefeituras tem realizações ainda com relação aos Jardins de chuva, as rotatórias permeáveis e tudo mais e é lógico esse estudo acadêmico é importante justamente para subsidiar a necessidade e as novas técnicas para essas aplicações, então é importante a gente ter em mente essa importância do trabalho acadêmico de trazer novas soluções, por exemplo, com relação ao que o Ângelo disse na região do Aricanduva, se eventualmente será necessário a maior área de “impermeabilização”, a gente pode buscar no meio acadêmico as novas soluções de pavimentos drenantes e tudo mais, é lógico que a gente sabe que muitas vezes economicamente não é tão viável, mas a gente pode tentar buscar essas soluções e trazer para a prática, de qualquer forma, eu vou levantar o que tem sido feito nas Subprefeituras, eu sei que já tem sido feito, me foi passado, eu só estou esperando coletar essas informações que eu vou trazer oportunamente para apresentar aqui no CADES, então esse trabalho tem sido realizado e a ideia que a gente esteja sempre querendo isso conforme a possibilidade e claro que as Secretária de Subprefeituras é sub dividida em 32 Subprefeituras, cada uma com um universo e uma realidade completamente diferente, cada uma tem mais facilidades, mais dificuldades, a gente sabe que isso é um complexo muito grande, mas na medida do possível a gente vai trazendo isso aqui. Obrigado, bom dia.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Valeu Cláudio. Lembrando que eventualmente a instalação de asfalto permeável pode ser até mesmo considerada uma forma de compensação ambiental, nem que seja parcial. Então o que a gente não pode esquecer é que sempre há alternativas, eu não sei a minha mãe sempre falava isso “olha só não tem jeito para a morte, por enquanto”, não tem jeito para a morte, para o resto a gente dá um jeito, então sempre que a gente

tem um problema a gente pode buscar uma solução, soluções diferentes, soluções criativas obviamente viáveis, então tem sempre alternativa, por isso que eu sempre falo, vem conversar, vamos fazer porque alguma coisa sempre a gente consegue. Faz parte do nosso dia a dia trabalhar sempre por uma Cidade melhor, o nosso chefe, o nosso Prefeito sempre fala “Olha tem que acordar cedo, tem que dormir tarde e passar o dia trabalhando e pensando numa São Paulo melhor”, é isso que a gente faz, é esse o nosso dia a dia. Cláudio, muito obrigado e eu tenho certeza, a gente conta sempre com a SMSUB e com as Subprefeituras, pelo tamanho de São Paulo, pela população de São Paulo a gente entende, são 32 subprefeituras, são 32 cidades que a gente tem e cada uma com suas características que a gente tem que trabalhar, mas temos a Prefeitura que consegue unir, direcionar e dar um caminho, uma direção aí para todos, isso daí é um facilitador. Muito obrigado.

Fátima Cristina Faria Palmieri – UGT: Carlos, se me permite, só um adendo como representante do Trabalhador nós temos que respeitar os horários dos trabalhadores isso é muito importante para a saúde mental que hoje é uma coisa que está pegando demais, saúde e segurança no trabalho. Só isso.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Eu não estava falando dos trabalhadores não, eu estou falando da primeira linha da Prefeitura.

Fátima Cristina Faria Palmieri – UGT: Mesmo assim, é um trabalhador, querendo ou não, é um trabalhador.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Ninguém vai fazer (som ininteligível).

Participante não identificado: Ficou sem som.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Então, é a lembrança que todos têm que trabalhar sempre, principalmente a primeira linha que determina e dirige São Paulo que a gente tem que trabalhar sempre por uma São Paulo melhor. Muitas vezes não precisa a gente estar na rua o dia inteiro, mas a gente passa o dia pensando em melhores soluções para a Cidade. Esse é o recado aí do nosso chefe, do nosso Prefeito Ricardo Nunes.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Secretário, obrigada Cláudio também e já te convido para participar do nosso GT de trabalho que será muito importante aqui a sua vinda junto com a Cyra, junto comigo aqui, para a gente debater os temas presentes. Passando agora para o quarto ponto do expediente: apresentação do tema BIOSAMPA pelo Sr. Otávio Prado da Coordenação de Planejamento Ambiental – CPA. Otávio você está presente? Eu não estou vendo você... ah está sim, achei. Você vai apresentar por aí né, Otávio.

Otávio Prado – CPA: Sim, vou sim. Eu apresento aqui, pode deixar. Eu vou apresentar aqui, então eu já entro aqui, pode ser?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Sim. Fique à vontade Otávio.

Otávio Prado – CPA: Vocês estão vendo agora ou não?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Ainda não Otávio.

Otávio Prado – CPA: Espera aí. Agora vocês estão vendo né...

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Agora sim, pode começar por favor, obrigado.

Otávio Prado – CPA: Estou representando o Rodrigo porque o Rodrigo teve uma ação hoje de manhã que já estava agendada, então ele me pediu para apresentar e como sou do grupo que fez o BIOSAMPA então eu vou usar a mesma apresentação que o Rodrigo fez. Então vocês vão ver todas as referências a ele, mas quem está apresentando sou eu. Eu vou apresentar o BIOSAMPA, a gente já tem três edições de 2019, 2020 e a de 2021 e já estamos fazendo A de 2022 porque ela é sempre feita no ano seguinte porque a gente vai pegar os dados do ano anterior, então é um produto aí da Divisão de Patrimônio Ambiental e o que que é. O BIOSAMPA na verdade são indicadores de biodiversidade, serviços ecossistêmicos e de governança relacionada a esses temas. A gente segue uma metodologia do índice de biodiversidade das cidades ou City Biodiversity Index que a gente chama de Singapore Index que o índice é feito pela ONU, então a gente tem uma padronização que todas as cidades que seguem esse índice usam a mesma padronização, a ideia dele é ter um parâmetro de medição em comparação entre diversas cidades pelo mundo dos indicadores de biodiversidade. Então são 23 indicadores, eu vou mostrar

um por um mais para frente e esse texto que está aqui embaixo é o que define qual é o parâmetro que a gente usa, a gente usa o mesmo parâmetro do mundo inteiro que é o parâmetro da ONU. Então aqui, começando o BIOSAMPA já foi exibido em Paris o ano passado nessa convenção de biodiversidade das cidades que é o (som ininteligível), quem apresentou foi o Rodrigo Ravena, aqui nessa foto à direita está o Rodrigo Martins que é o meu diretor, Rodrigo Ravena e o representante da Prefeitura de Paris que é o representante ambiental. Então foi apresentado vários projetos de SVMA, mas principalmente o BIOSAMPA.

Jaciara Shaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Só está aparecendo a primeira imagem que é o Geoambiental com os ícones, não está apresentando a mudança, desculpa.

Otávio Prado – CPA: É ótimo você ter me falado porque eu não estou percebendo isso aqui, deixa eu ver o que que faz aqui. Vocês também não estão vendo agora?

Jaciara Shaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Agora sim. Está vendo todos os slides pequenos.

Otávio Prado – CPA: Certo, é que tem que mudar. Agora vocês estão vendo todos?

Jaciara Shaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Agora está aparecendo as fotos sim.

Otávio Prado – CPA: Então está ótimo. É que ele ficou marcado como slide inicial. Então agora vou entrar no que é a estrutura do BIOSAMPA. A estrutura do BIOSAMPA são duas partes, primeira parte é um Perfil da Cidade, esse perfil vai mostrar os dados da cidade, porque ele é de cidades. O BIOSAMPA é relativo a Cidades, não é estado, não é País, são indicadores. Então o que que está colocado aqui, a localização, para quem é de fora porque ele vai ser comparado com cidades do mundo inteiro, tamanho, população, economia, fisiografia, ecossistemas, espécies, informações qualitativas, instituições públicas relacionadas e áreas protegidas, todo esse arcabouço é colocado para caracterizar a cidade de São Paulo, então aqui tem os “mapinhas” aqui à direita né, então tem o mapa com a imagem de satélite do Município, a subdivisão que a gente está trabalhando, são as Subprefeituras e alguns dados básicos que são esses que falei aqui. Seguindo, no item de vegetação, ecossistemas e espécies, a gente colocou indo da direita para a esquerda, desde a primeira caracterização que deriva do trabalho Inicial que (som ininteligível) fez em 1911 que depois foi tomado (fala interrompida).

Participante não identificado: Está cortando.

Otávio Prado – CPA: Está cortando a minha fala, é isso? Está me ouvindo agora ou não?

Participante não identificado: Está bem o áudio.

Otávio Prado – CPA: O que está cortando?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Estava cortando aqui para a gente, mas pode continuar, por favor.

Otávio Prado – CPA: Certo. Então tem essa primeira caracterização do (som ininteligível) que foi tomada pelo (som ininteligível) que tem uma caracterização dos ecossistemas do Município de São Paulo e ele tem as seis categorias e depois teve uma outra caracterização que foi feita no PMMA que tem um pouco mais subdivisões e o que a gente está utilizando, essa caracterização que foi feita a partir do mapeamento da vegetação do Município de São Paulo que foi publicado em 2020 a partir dos dados de 2017, do (som ininteligível). Então essa categorização são 15 classes e a gente trabalha com essas 15 classes na caracterização do mapeamento da cobertura vegetal, que é esse mapa à esquerda, então tem todas as 15 categorias aí. A gente vai trabalhar isso dentro dos indicadores, estão indo mais para frente a gente tem aqui também os tipos de áreas protegidas que tem dentro do Município de São Paulo, esse mapa à direita mostra todas essas Unidades de Conservação dos Parques, etc. Aqui na esquerda tem a denominação de cada um deles, quer dizer, a gente tem mais Parques, mas não é isso só, e aí a gente entra na parte 2, a parte 2 são exatamente os indicadores, então aquela primeira parte foi uma caracterização geral do Município de São Paulo, para quem é de fora e não conhece tem uma ideia e agora efetivamente que são os indicadores, a gente tem então 23 indicadores, aparece nessa tabela à direita os anos de BIOSAMPA que foram feitos de 2019, 2020, 2021 e a última coluna é a pontuação que seria a pontuação máxima que uma Cidade poderia ter. Então a gente tem uma pontuação que é relativamente muito boa porque a pontuação máxima é muito difícil de conseguir qualquer cidade porque é de fato como a gente vai mostrar mais para frente, muitos desses indicadores medem as mudanças, não medem a quantidade, por exemplo, de plantas, de pássaros, de borboletas, mamíferos que são avistados e é muito difícil ter muitas mudanças, então essa pontuação máxima não acontece, de fato, São Paulo tem uma classificação muito boa dentro do BIOSAMPA, então o

que que ele vai trabalhar, ele trabalha em três tópicos, Biodiversidades Relativas da Cidade, Serviços Ecossistêmicos Providos pela Biodiversidade e a Governança e Gestão da Biodiversidade. Então vamos para o primeiro tópico que é Biodiversidade Relativa da Cidade, primeiro indicador diz respeito à proporção de áreas naturais, o que são áreas naturais? É tanto a vegetação nativa que ainda existe no Município como aquelas que estão em vias de regeneração que isso quer um conceito que a ONU traz no indicador do BIOSAMPA no Singapore Index, então a gente mapeia usando os dados do MDCV que é o Mapa da Vegetação do Município usando dados de 2017 e coloca as áreas que são vegetação nativa e também as áreas que estão em processo de regeneração e esses dados são atualizados ano a ano usando imagens de satélite, a gente está começando a fazer isso no BIOSAMPA de 2022, a partir daí a gente gera esse segundo mapa: Conectividade da Vegetação e Redes Ecológicas, o que que é isso? É pegar esse mapa, aquele mapa do indicador um que são as áreas com vegetação e ver quais áreas estão conectadas, existem áreas que estão fragmentadas e isso do ponto de vista da biodiversidade, etc. ela tem uma implicação principalmente em relação a não só a vegetação, obviamente, mas, por exemplo, animais, a fauna, a conexão ela propicia que eles possam passar de um maciço ao outro, então a gente pode ver usando esse mapa que a gente tem a conectividade maior na Zona Norte e na Zona Sul, o resto são fragmentos isolados e as vezes do ponto de vista de biodiversidade, isso talvez não seja tão importante quanto as áreas conectadas e eu já falando para vocês, o que a gente fez, uma inovação a partir de 2020 no BIOSAMPA a gente começou a trabalhar também por Subprefeituras, então esses “mapinhas” pequenos que tem aqui do lado direito são os mapas que a gente fez para Subprefeituras porque o BIOSAMPA original é para a cidade como um todo, então a gente inovou em relação ao que a ONU faz, a gente está fazendo também por Subprefeituras, eu vou explicar depois, o que que é o ganho que a gente tem com isso. Terceiro indicador é Biodiversidade Nativa em Áreas Construídas (Espécies de aves). Então são aquelas aves que a divisão de fauna observa e cataloga nesses pontos que estão colocados aqui no mapa, então não quer dizer que só existam aves nessas regiões, não, aqui onde tem o registro delas, então a gente mostra o registro, a quantidade de aves que foram colocadas e tem uma tabela que vai mostrar quantas que tem, então a gente vê que de 2019 até 2021 aumentou o registro de aves nativas dentro do Município de São Paulo, é registro, não quer dizer que é onde que elas estão, aonde foi feito o registro. Aqui a gente tem um tipo de indicador que quebra novamente (fala interrompida).

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Otávio, está quebrando aqui para gente novamente, não sei se para vocês estão. Parou a conversa no 2019.

Otávio Prado – CPA: Eu volto lá, pode deixar. Em 2019 a gente tinha então menos aves nativas em áreas construídas e aumentou para 2021, isso significa que houve mais registros, o que esse indicador pontua é o número de espécies, então a gente está na melhor pontuação aqui, mais de 68 espécies, quem trabalha com fauna sabe disso que houve um aumento de Avifauna no Município de São Paulo. Voltando aqui o quarto indicador, ele já é mudança no número de espécies de plantas vasculares, o que que é isso? Esse é um outro tipo de indicador que mostra mudanças, então a gente pode ter, em um ano a gente tem ali em 2019, 3.306 plantas vasculares registradas, em 2021 a gente teve 3.462, houve um aumento significativo, mas em 2020 teve 3.186, não quer dizer que perdeu espécie, quer dizer que houve menos registros. Então esse indicador está mostrando a mudança no número de espécies, não o tanto de espécies que tem. O mapa embaixo que a gente vê por Subprefeituras mostra duas coisas, a mudança no número por Subprefeitura onde teve mais aumento e também os locais de registro, para ter uma ideia de onde tem a maior parte dos registros e aqui no mapa a gente vê que é bem difundido pelo Município de São Paulo, alguns outros indicadores não são assim, então a gente tem que mudança no número de espécies de aves, também a gente vê que é mais ou menos parecido com aquele, também houve uma diminuição do registro, então o indicador passa de quatro, que houve um aumento para zero, mas não quer dizer que sumiram, simplesmente houve menos registros, o sexto, mudança do número de espécies de borboletas, também todos esses indicadores que a ONU usa são indicadores muito importantes para a biodiversidade, não somos nós que determinamos quais são os indicadores, então alguém pode pensar assim porque que esses são borboletas e não trabalham com uma outra coisa, porque é um indicador que é tido como um indicador muito importante para biodiversidade. Então a gente tem aqui o aspecto das Borboletas, houve um aumento de registro, então o indicador subiu e a gente pode ver que a maior parte dos registros foram feitos na Prefeitura de Itaquera, aqui no aumento, não quer dizer que onde tenha mais, mas o aumento do número de registro lá no Parque do Carmo, por isso que a gente está pondo esses “mapinhas” regionais porque eles permitem ver, porque se você tem uma indicação do Município como um todo, as vezes a gente não percebe a regionalização disso. Aqui a gente tem o indicador 7: Mudanças no Número de Espécies de Mamíferos, então esteve muito constante, não aumentou, só passou de 2019 para 2020, houve um mamífero a mais que foi registrado, aqui tem os pontos de coleta e aqui dentro também da subdivisões onde tem mais registros, o indicador 8: mudanças no Número de Espécie de Briófitas, também é um indicador muito importante, assim do ponto de vista de biodiversidade, ele também não teve muito movimento, teve até uma diminuição de registros, ele é muito sensível as variações dos ecossistemas, as briófitas e aqui mostra onde foram feitos os registros. Proporção de Áreas Naturais Protegidas, isso também é uma coisa importante, aquele primeiro indicador que eu mostrei, que era

de proporção de áreas naturais é o que tem um Município como um todo, esse daqui mostra o que está dentro de áreas protegidas, então que não está lá a gente entende que não está sobre proteção, está como “sem proteção” porque não é uma área como um Parque, uma Unidade de conservação, então esse indicador é um complemento do indicador 1. A gente pode ver que houve uma variação aqui, onde tem mais proporção de áreas naturais protegidas principalmente na Zona Norte e Zona Sul como a gente pode perceber, como é de conhecimento das pessoas, a décima posição: Espécies Exóticas Invasoras, isto aqui também é muito importante do ponto de vista assim Flora Nativa Invasores e Fauna Nativa e Fauna Invasoras, então assim, a gente tem aqui as espécies invasoras aonde tem mais concentração, então tem Flora Nativa, Fauna Nativa e tem a proporção de invasoras em relação às nativas tanto de Flora e Fauna. Estou falando bem rápido, mas assim toda a densidade da análise está dentro do BIOSAMPA, da publicação que depois eu vou mostrar no finalzinho. Aí a gente vai para os Serviços Ecológicos Providos pela Biodiversidade, então quais são esses serviços? O primeiro, regulação da quantidade de água, o que que é regulação da quantidade de água, a gente pega toda a área permeável do Município, área permeável não é unicamente exclusiva a área onde tem vegetação, é a área que é permeável, que não está coberta, então a gente tira toda essa área que é, vamos dizer, da parte da própria cidade, mas a gente pode ver que os Bairros, Jardins eles têm uma proporção de áreas permeáveis muito grande isso tem a ver com que a Cyra falou anteriormente, Jardins inversos, isso vai aumentar a área de permeabilizado do Município, principalmente a ideia seria aumentar nessa parte que tem pouca. A gente tem aqui um indicador que diz que a proporção de áreas permeáveis dentro do Município em relação a esses dados e a gente vai ver que tem uma diferença entre o que tinha em 2016, o que tinha em 2019, principalmente esse aumento ele se dá bastante por conta da melhor qualidade dos dados, não é tanto porque aumentou a área permeável, na verdade ela diminui, a tendência é diminuir, só que a qualidade dos dados nos permitiu trabalhar com áreas menores, por exemplo, esses Jardins de chuva são áreas pequenas, se a gente tivesse com os mapeamentos anteriores só pegariam grandes áreas, a gente não sabia esse tanto de áreas que são pequenas e isso mostra a importância delas, então a porcentagem aqui vindo de 2016 que era um mapeamento usando áreas maiores, a gente tinha 36% de área permeável e a gente percebeu em 2019 mesmo perdendo muita área permeável que é 48. Essas são as pequenas áreas, elas são muito importantes, não só as grandes, então o indicador das Regulações do Clima: Estoques de Carbono e Efeito Refrescante da Vegetação ele é medido pela cobertura de copas de árvores, essa cobertura de copas de árvore foi feita a partir do mapeamento Leader, que é aquele mapeamento a laser que foi feito em 2017 e ele pegou todas as copas de árvores do Município de São Paulo. O mapeamento laser consegue perceber uma a uma das Copas das Árvores, quer dizer, quando elas estão juntas e maciços elas ficam com uma coisa só, mas você vê

todas elas. Então a gente tem aqui dados que permitem saber onde tem árvore, então isso é cobertura de copas de árvores, são onde tem árvores a gente vê como é que está a espacialização delas né, tanto no Município como a área de cobertura de copas também por Subprefeituras que são os “mapinhas” pequenos aqui do lado. Esse indicador 3 ele mostra a Recreação e Educação: Vegetação Natural e Áreas Recreativas de Parque, O que que é isso, a gente pega aquela vegetação natural com o indicador um e recorta para áreas de Parques e Unidades de Conservação que permitem visitação, então a gente vê, por exemplo, ali no Sul do Município tem muita vegetação, mas só lá no finalzinho bem ao Sul do Município no canto esquerdo que existe uma área de vegetação de que as pessoas podem acessar, que são áreas acessíveis para poder ter contato com essas áreas, então a gente tem muito pouco, se têm bastante vegetação, mas a área acessível que a gente chama de Áreas Recreativas de Parque que é muito pouca, mesmo ali no Norte, extremo Norte ali em cima onde tem Anhanguera é só uma parte dele que é aberto, o Parque Estadual da Serra do Mar é muito pouco, só aquela parte lá no finalzinho, Cantareira a mesma coisa, todas essas áreas que elas são os risquinhos, são trilhas, são trilhas que tem, não é aberto para todos, então isso daqui mostra o que que é acessível à população, isso pode ser importante, inclusive, para projetos de educa o ambiental, essas áreas da vegetação natural que são acessíveis. Bom, Recrea o e Educa o: Visitas anuais, de estudantes da rede ensino menores de 16, em Parques e Áreas Naturais que é relativo aquele indicador que mostrei anteriormente. Então a gente tem aí um GAP porque em 2019 tinha 78 visita es 2021, e por conta da pandemia isso daí acaba, teve uma visita em 2020 e 2021 não teve nenhuma. Então no próximo BIOSAMPA que a gente está fazendo em 2022 já vai aparecer essa varia o.

Governança e Gestão da Biodiversidade, então esse é um outro t pico avaliado dentro do BIOSAMPA, dentro desse a gente tem orçamento alocado para biodiversidade, então o que que a gente faz, a gente coloca a propor o dos recursos de gestão ambiental em rela o aos recursos totais do Município, então a gente vê aqui, a gente pode ver um declínio de 2021 era 0,359% alocado em gestão ambiental, em 2020 a gente tinha 0,379 em 2019 0,409, isso sucessivamente, esse é o tanto que é alocado para projetos, para a es de biodiversidade em rela o ao total que o Município arrecada e gasta dentro do orçamento dele. Projeto de Biodiversidade, indicador 16, então assim, a gente coloca todos os projetos ligados a biodiversidades e esses projetos são projetos de SVMA, então a gente tem aí o número de projetos, a gente pode ver também que mesmo estando na pandemia os projetos continuaram, então tem aí os programas, projetos que eles são contínuos.

O indicador seguinte: Políticas, Regras e Regula es: Estratégias Locais e Plano de A o, então aqui a gente tem tudo que SVMA está fazendo em rela o a questões, tanto de biodiversidade, como estratégias que são mais amplas, aqui tem alguns

exemplos, PMMA, tem aqui o PMSA, o Plano Municipal de Arborização, então a gente coleta esses programas, esses são os quatro que a gente coletou, que são os grandes programas lá e a gente está mantendo eles porque são programas, não são só projetos. Capacidade Institucional, Funções Institucionais fundamentais para Biodiversidade, o que que são isso daqui, são funções que estão ligadas à biodiversidade, então tudo isso que eu estou falando, esses conceitos vêm lá da ONU gente, estamos só seguindo eles, então dentro desses conceitos que eles trabalham o que que seria, por exemplo, a gente tem herbários, a gente tem quantos herbários? A gente tem cinco herbários, Municipal tem um, mas tem quatro estaduais, atendimento a Fauna Silvestre, a gente tem quatro instâncias de atendimento, duas Estaduais e duas Municipais, um Jardim botânico, três Museus, três Zoológicos e três Viveiros de mudas, então tudo isso contabiliza dentro das instituições o que são as funções fundamentais para biodiversidade. 19, também dentro da capacidade institucional, são Secretarias Municipais em cooperação para biodiversidade, isso mostra quais Secretarias em conjunto com SVMA estão trabalhando em projetos e programas que tem a ver com biodiversidade e esse mapa aqui da esquerda é o mapa que a gente chama “mapa de calor”, ele não é um mapa de pontos, ele mostra onde tem mais atuação porque são muitas coisas, então a gente gerou um mapa dizendo onde está sendo o foco desses projetos, então a gente pode ver assim que, de fato, tem uma densidade maior de atuação aqui no centro expandido, um pouco mais nas periferias, mas não tanto, então a gente vai ver onde que são esses projetos, mas são muitos projetos e Secretarias são 8, que estão trabalhando em cooperação com SVMA em projetos de biodiversidade. Tudo isso que eu estou falando, estou mostrando só os mapas, mas todos esses dados estão no relatório, está tudo explícito lá e a gente tem o banco de dados de tudo isso que estou falando, se alguém quiser saber quantos mamíferos tem, por exemplo, dentro do Município de São Paulo, existe uma planilha com isso, não está na publicação, mas a gente tem tudo isso e tudo isso vai migrar para o Geoambiental, eu vou falar depois no finalzinho isso. Participação e Parcerias: Existência de Processo de Consultas Públicas, então aqui tem a gente tem os Conselhos de Parques e Unidades de Conservação e também dos Conselhos do FEMA que são ativos e inativos e Conselhos Regionais, os CADES Regionais. Então a gente colocou ano a ano, se eles estavam ativos ou não, se existiam ou não, para todos esses daqui, não só especificamente para o CADES, mas tem para o FEMA, tem os Parques e Unidades de Conservação que tem Conselhos que estavam ativos e inativos. Participação e Parceria, então sem Agências, Empresas, Ongs, todas essas que são externas a (som ininteligível) que tem um projeto em cooperação de biodiversidade com a SVMA. Aquele primeiro que mostrei para vocês, eram da Secretarias, esses são externos, então tem a quantidade e a gente pode ver, por exemplo, que existem mais em algumas regiões que outras, dentro dos mapas, é que na apresentação fica difícil de mostrar isso, mas existe concentrações em alguns

lugares e isso é bom, por isso que a gente está fazendo a regionalização de todos os indicadores para saber onde tem mais concentração para poder ver se isso pode ser melhorado, otimizado. O 22: Educação e Conscientização, conscientização ela diz sobre a biodiversidade constante no currículo escolar, então a gente colocou todas as escolas que tem biodiversidade dentro do currículo, tanto da rede pública de ensino como da rede privada, a rede pública tende a ser uma coisa mais generalizada, a rede privada não, então elas são interessantes para saber onde está sendo colocado e a gente pode ver essa densidade onde se coloca dentro da Subprefeituras, densidade de biodiversidade, escola com biodiversidade no currículo, não é densidade de escolas. E finalmente o último, o último indicador que é Educação e Conscientização: Eventos Municipais de Conscientização ou Divulgação de Biodiversidade e a gente pode ver que houve uma concentração muito grande aqui no centro, na verdade, a concentração é na UMAPAZ e na sede (som ininteligível) por conta da pandemia, então teve uma série de eventos municipais, esses eventos foram quase todos online ou se não todos, mas ele teve essa concentração aqui, no próximo em 2021 que a gente vai fazer, a gente vai poder ter uma ideia mais dessa regionalização porque isso ficou meio mascarado porque os eventos eram todos online, não em 2019, mas 2020 2021 e ficou muito concentrado ali, tanto na sede da SVMMA, quanto da UMAPAZ, então esses são os indicadores do BIOSAMPA e como considerações finais a gente gostaria de mostrar ou destacar, por exemplo, a influência que teve a pandemia da COVID nos dados porque todos os dados que eram dados, por exemplo, de quantidade de mamíferos, briófitas, tudo isso que são coisas que eram coletadas, elas não alteraram, mas a COVID por conta da pandemia afetou a disseminação disso, então isso foi muito evidente quando a gente ver aqueles mapas. O BIOSAMPA é um compromisso da Prefeitura de São Paulo com as metas de Aichi, que são aquelas 15 metas para a manutenção e a melhoria da biodiversidade e também das ODS que visam minorar os efeitos das mudanças climáticas, então assim, ele é um bom indicador do que está acontecendo, então são dados que são importantes para a gente saber se a gente está cumprindo as metas, a gente pode melhorar, o que que a gente está fazendo. Essa metodologia que a gente usa é aplicada em mais de 40 cidades, no Brasil a gente tem Curitiba que também usa o mesmo método que a gente usa, e aqui tem uma lista de outras cidades no mundo inteiro, então é uma coisa bem espalhada, a gente imagina que é uma oportunidade de aproximação metodológica e diálogo entre as cidades porque parte todos da mesma base, a gente está trabalhando com a mesma metodologia, todo mundo trabalha igual, a única coisa que a gente faz diferente que é esse item, Resultados na escala intramunicipal. A gente resolveu fazer também o BIOSAMPA pelas Subprefeituras para tentar entender a disparidade entre elas, para não ficar uma coisa, por exemplo, quando a gente fala assim “Quanto que São Paulo tem de metros quadrados de área verde por habitantes”, se eu pegar o Município como um todo, ele vai dar um dado que não mostra a

realidade, porque essa grande concentração está em lugares muito específicos, ela não está como um todo pela cidade e finalmente uma coisa que é importante que todo esse BIOSAMPA tem os relatórios, mas ele tem todos esses dados, que são os dados de mapas já referenciados, vai estar disponível na internet como um hot site na página de SVMA, ou seja, a gente já está montando isso, é uma coisa que está já sendo feita, eu vou mostrar para vocês o inicial deles que é isso daqui, então isso daqui é um hot site que vai ficar dentro do site de SVMA, vai ter o índice do BIOSAMPA, tem aqui esses dados aqui, a gente ainda vai mexer um pouco, vai ter uma página que vai ter algumas informações, qualquer um que entrar vai poder fazer o download, das três publicações que a gente já tem, a gente só conseguiu colocar o de 2019/2020, os dados de 2021 eu mandei para a PRODAM modelar na sexta-feira passada, então ainda não deu tempo de entrar aqui, ele vai ter, aqui a direita a gente vê dois bloquinhos, um que é o painel de indicadores e outro que é o mapa Geoambiental que é um mapa digital, que são exatamente isso, então o de cima que é o do Geoambiental, todos aqueles indicadores estão aqui já referenciados como polígonos, então isso já está no Geoambiental, ele vai para o hot site como um extrato e esses dados aqui, então tem 2019, 2020, o 2021 mandei na sexta-feira, ainda não está pronto, então qualquer um que quiser entrar e ver isso no Geoambiental, eles estão todos aqui, inclusive, os meta dados já estão lá, então quando alguém quiser ter mais informação sobre o que ele é o meta dados já está integrado ao mapa. Embaixo é o painel de indicadores, o que que o painel de indicadores faz que é diferente do Web Map que é esse de cima, ele tem gráficos, a gente pode modelar esses gráficos e também a gente tem um mapa temático, que é esse mapa aqui, são que eles “mapinhas” que a gente viu, que eu apresentei para vocês, tem na publicação. Esses mapas são todos dinâmicos, cada vez que altero um dado eu posso entrar, é que eu não posso mostrar isso agora porque a gente ainda está produzindo eles, mas quando ele estiver pronto vai ser um hot site que vai ficar na internet, não vai ficar restrito só à SVMA, vai ser para qualquer um que entrar, a pessoa entra lá, ele pode colocar indicador por indicador, Subprefeitura por Subprefeitura ou toda Subprefeituras e o ano que ele quiser, cada vez que você coloca um dado desses, muda o gráfico e vai mudar o mapa, eles são mapas dinâmicos, então a gente está preparando isso que a gente acha que é uma grande inovação e a gente vai fazer isso porque vamos colocar o BIOSAMPA como um todo na internet, toda essa publicação, então vai ter tanto download dos relatórios como todos dos dados e dos mapas. Então, finalmente onde que tem isso hoje, para quem quiser saber mais, dentro do site de SVMA, em planejamento ambiental tem um link de patrimônio ambiental, clicando em patrimônio ambiental a gente tem todos os projetos da Divisão de Patrimônio Ambiental, o segundo que aparece é o índice BIOSAMPA, tem todos os relatórios, os três que tem até hoje e tem um pequeno texto que diz o que que é isso, então para quem quiser mais informação disso que eu falei, para quem não tem acesso, por exemplo, Geoambiental quem é

de fora, está tudo aqui dentro do relatório e logo mais, assim que a gente conseguir que a PRODAM modele os dados de 2021 que eu falei, começou na sexta-feira, não sei quanto tempo vai demorar, a gente vai colocar isso para disponibilização de todo mundo e por que que a gente vai fazer isso, porque muita gente fala “Porque que isso não está no GeoSampa”, porque o GeoSampa é o repositório oficial de dados Geo referenciados, O BIOSAMPA é mais que isso, ele não caberia, caberia só os mapas no GeoSampa, então a gente vai fazer mais que isso, a gente vai pôr os mapas, os indicadores, os dados, os relatórios no hot site do BIOSAMPA. Era isso que eu queria falar, eu agradeço a atenção de vocês e fico à disposição para o que vocês quiserem perguntar.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Otávio, obrigada pela sua apresentação. Todos me ouvem?

Otávio Prado – CPA: Deixa eu tirar daqui. Eu preciso...

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Pode deixar esse aí Otávio, essa última porque a Ciara está perguntando se você consegue colocar esse link aqui no chat para ser copiado, por favor.

Otávio Prado – CPA: Qual link?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Esse que você acabou de apresentar aí. Esse que foi apresentado.

Otávio Prado – CPA: Vou por.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Isso. Só copiar de volta aí...

Otávio Prado – CPA: Vou pôr no chat aqui.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Isso, põe no chat, por favor.

Otávio Prado – CPA: Gente, estou à disposição, se alguém tiver alguma...

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Por enquanto só isso. A Vivian levantou a mão. Por favor, Vivian.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Bom dia. Parabéns Otávio pela apresentação, o trabalho é magnífico mesmo, uma compilação de dados incrível que a gente pôde ver nessa apresentação. Eu gostaria de contribuir com algumas observações que eu fiz aqui, não sei nem se dá tempo de eu falar tudo Secretário porque a gente tem uma outra apresentação, mas, por exemplo, eu observei que a gente fala muito pouco das áreas de proteção dos Mananciais e essa legislação ao contrário do que tem um slide aqui que diz que é gerida pelo Estado, no slide 6, não sei, se o Otávio quer repor aquele, fica um parágrafo perdido que ele fala “Além desses equipamentos a reserva da biosfera...” e está citando as áreas protegidas, a área de proteção dos Mananciais geridas pelo Estado. Então, Otávio as áreas de proteção dos Mananciais são geridas tripartite, Estado, Município e Sociedade Civil, então a responsabilidade, por isso até que eu acho que é o nosso papel aqui né, hoje a gente trabalha compartilhado, inclusive, tem o OIDA da fiscalização, o Rodrigo faz parte, então assim, isso eu acho que é muito importante desde do começo na hora que a gente está no slide 4, traçando o perfil da cidade a minha sugestão seria colocar que a gente tem 36% da cidade de São Paulo em área de proteção dos Mananciais. O nosso tema anterior foi sobre águas, a gente precisa de água para beber, então eu colocaria as áreas protegidas, as bacias hidrográficas dentro desse trabalho, porque não, porque além de ser uma questão que cada vez mais a gente precisa divulgar, fazer um trabalho de educação ambiental, trabalhar conjuntamente nesse assunto, a gente precisa de água para sobreviver em todos os sentidos, então assim eu falei do slide 4, eu também coloquei no slide 6, slide 6 eu falei da.... Corrigir esse parágrafo porque desde 97 a responsabilidade é de todo mundo né. Achei muito bacana toda essa apresentação da forma como ela veio, gostaria de ler o relatório. No slide 20, deixa eu ver se... estou indo no 20, eu coloquei regulação da quantidade de água, eu acho que você também pode de repente tirar algum dado aqui da nossa área de qualidade porque como as áreas de proteção dos Mananciais a gente tem metas de qualidade, a nossa área de qualidade aqui na CETESB a partir do monitoramento poderia contribuir com seu relatório, então a gente poderia tirar do relatório de qualidade de água, a qualidade da água que a gente tem hoje, que a gente bebe efetivamente, que vai para tratamento, etc. Eu não sei se... É uma sugestão, não é para vocês pensarem aí uma forma da gente poder contribuir com esse trabalho e aprimorar mais, na questão da parceria, acho que é slide 31 no tópico, isso assim, foi muito rápido, se eu olhar mais vou querer falar mais, é o slide 31, eu acho que seria até bacana a gente colocar as nossas parcerias porque a gente tem o OIDA que é convênio, tem a SEMIL que pode fazer Educação Ambiental também através da (som ininteligível), a CETESB que faz fiscalização conjunta, mas aí tem o OIDA, fica à vontade, se vocês acharem

que é importante colocar os parceiros e no final, nas considerações finais, eu também colocaria o compromisso com a proteção e recuperação dos Mananciais para efeito de abastecimento da região metropolitana de São Paulo, afinal de contas, vocês têm aí quatro bacias para proteção. É isso, como sugestão, eu adorei o trabalho, fico aqui à disposição, um abraço.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Vivian. Eu vou opedir para o Otávio entrar em contato com você junto com a nossa Coordenadoras Rosélia, aí vocês debatem com ele, entre vocês, e junto com a CPA. Rosélia, você está aqui presente, então eu vou passar a Vivian para vocês para estar fazendo essas sugestões com vocês. Obrigada Vivian.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Estou à disposição, imagina, eu que agradeço.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Otávio, a sua apresentação nós vamos encaminhar via e-mail para os Conselheiros e Conselheiras do CADES.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Nós já recebemos Liliane, já recebeu na convocação, acho que tem uns dois... (fala interrompida).

Jaciara Shaffer Rocha – Macrorregião Sul 2: Não tem não, Liliane. Só tem o que seria discutido e a ata anterior.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: É eu sei, eu controlo aqui, Ciara. A gente sempre faz assim, primeiro apresenta, eu já deixo apresentar e depois a gente passa para vocês via e-mail.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Eu recebi, não sei porque.

Participante não identificado: Nós já recebemos Lili.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: É, a Rízia encaminhou.

Participante não identificado: Nós recebemos de manhã.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Isso, a Rízia encaminhou agora cedo.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Faz um favor para mim, Otávio. Tira da apresentação aqui.

Otávio Prado – CPA: Pensei que já tinha tirado, desculpa.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Agora foi.

Otávio Prado – CPA: Deixa eu só falar uma coisa, eu fiz algumas alterações na apresentação porque tinha uma coisa que não estava correta e também no final quando era dito que a gente ia mandar isso para o GeoSampa, a gente não vai mandar para o GeoSampa, ele vai ser um hot site que é melhor que ir para o GeoSampa, isso aí é uma “parcelinha” dele. E Vivian, tudo que você falou, a gente está num processo de melhoria contínua, então assim, qualquer coisa que for dita de melhoria, a gente vai fazendo porque desde 2019 até 2021 a gente já mudou muita coisa, é isso.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Otávio, não pode falar mal do GeoSampa na minha frente não, hein.

Otávio Prado – CPA: Eu fui um dos criadores do GeoSampa. Era da equipe do GeoSampa, e eu vim para a SVMA para trabalhar no Geoambiental. Eu voltei, na verdade, era de SVMA, fui fazer o GeoSampa em (som ininteligível) e voltei agora, a história é o seguinte, é porque como o GeoSampa é só mapa é só Geo referenciada, só aqueles “mapinhas”, web map, a gente não tem possibilidade de colocar os textos, os relatórios, então a gente pensou, vamos fazer tudo junto. O extrato que a gente vai ter é como se fosse ele, só que vai ter mais coisas, vai ter indicador, vai ter tudo, mas o GeoSampa como eu fui da equipe, eu também gosto pra caramba.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Eu, pessoalmente, acho devia ser uma coisa só, o GeoSampa e o Geoambiental. A gente que é responsável pelo Geoambiental, devia ser uma coisa só. Quando você pensa da utilização pública das duas ferramentas é criar confusão, tem que ser uma ferramenta só, o nosso Geoambiental também é uma ferramenta excepcional, estou sempre perturbando o pessoal de T.I para criar novas camadas, recentemente, inclusive, foi

criado uma camada no Geoambiental e no GeoSampa para exibir os as áreas de (som ininteligível) ambiental, de recarga...

Otávio Prado – CPA: Só falando para vocês, aproveitando o espaço, hoje o Geoambiental... (fala interrompida).

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Vamos em frente. Obrigada Otávio, obrigada Rosélia pelas suas duas apresentações aqui como nossa Coordenadora d SVMA, é de muita importância sua equipe com a Cyra, a Lígia, Otávio e o Rodrigo, eu te agradeço Rosélia, por isso. Vamos passar agora para o quinto ponto do expediente: apresentação e aprovação da alteração da Resolução 131 do CADES, pelo Sr. Juliano Formigoni e a Érica Valdame da Coordenação de Licenciamento Ambiental (CLA). Juliano, por favor. A gente vai apresentar aqui para ele. Quer sentar aqui, Juliano.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Bom dia a todos. Agradeço a presença de todos, a gente vai apresentar inicialmente a minuta de uma revisão da Resolução 131 do CADES 2009 que tratava do licenciamento de cemitérios no âmbito Municipal. A Rízia vai pôr a apresentação. Vamos lá, desculpa o pequeno atraso. Então na verdade é uma proposta de uma minuta da Resolução de cemitério para Revisão dos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito do Município de São Paulo. O Município já licencia desde 2009 esse tipo de atividade e foi através da Resolução 131 CADES de 2009. Por que que a gente decidiu dar uma revisada nessa resolução, recentemente ele teve... Só me apresentando, faço parte da Coordenação de Licenciamento Ambiental, uma das divisões é o DAIA - Divisão de Avaliação de Impactos Ambientais e o grupo técnico que cuida desse tipo de atividade é o GTANI – Grupo Técnico de Atividades Não Industriais e a Érica Valdame que é a Supervisora desse grupo, então as justificativas da nossa revisão, o Município tem 21 cemitérios públicos e 22 cemitérios particulares e desde a Resolução 131/2009 nós tivemos como experiência o licenciamento de 6 cemitérios, que na verdade foi a regularização ambiental, eles tiveram a LAO de regularização com essa resolução do CADES, recentemente, agora, esses todos são particulares, então recentemente por conta da concessão dos cemitérios Municipais é uma exigência dentro da concessão que se regularize ou licencie esses Empreendimentos, então os técnicos do GTANI aprimorando essa resolução que não é nenhuma alteração, é apenas um aprimoramento, então é decorrente de outras legislações também que são posteriores a 2009, então a gente resolveu dar uma atualizada nessa resolução. Eu não vou ficar lendo todas as Leis, mas está na apresentação para vocês apreciarem depois. Então há essa justificativa e o objetivo

principal foi a elaboração dessa minuta de proposta de resolução com o objetivo de sugerir alterações na Resolução CADES 131 de 2009, não em seu conteúdo e sim em sua estruturação, de modo atualizar a legislação vigente e também uma reorganização do termo de referência para elaboração dos estudos ambientais a ser apresentados no processo de Licenciamento Ambiental desse tipo de atividade, por que isso? A resolução 131/CADES de 2009 já tinha anexo um termo de referência para cemitério, então o interessado não precisava entrar com a solicitação do termo de referência, como o objetivo dela era também regularizar grande parte do cemitérios, então ela já teve um termo de referência que é o anexo dela, praticamente a resolução em 131 era esse termo de referência só que como foi feito em 2009 ainda não tinha aquela experiência tanto pro licenciamento, ela não tinha uma estrutura, um assunto vem e depois voltava, e no decorrer desses 6 Empreendimentos que a gente licenciou eram solicitadas muitas complementações que a pessoa atendia o que estava ali sem uma indenização, então a gente analisar é muito mais difícil e também o estudo é público, quem quisesse apreciar o estudo também sentia essa dificuldade numa falta de estrutura, eram apresentados apenas itens, isso que a gente sentiu a falta e agora com a concessão e com a obrigação de todos os cemitérios Municipais serem regularizados a gente entendeu por bem atualizar essa 131, então por isso que a gente está apresentando isso para apreciação dos Conselheiros para a gente poder prosseguir com o Licenciamento e a regularização desses cemitérios que estão na concessão porque eles têm um prazo também, assim que sair a concessão, 60 dias para entrar com o processo de licenciamento, nós já estamos com bastante processos de regularização no GTANI e a gente está aguardando justamente essa alteração da resolução, essa atualização, para poder emitir o termo de referência, que na verdade vai falar “Olha assina esse novo termo de referência e não mais o de 2009”. Então nesse primeiro momento a gente até orientou, não entre com a 2009 que é o termo de referência antigo porque a intenção é apresentar uma atualização no CADES para que você já possam prosseguir com licenciamento de modo mais atualizado, então agora na sequência eu vou só apresentar mais ou menos a resolução 131 que já é de conhecimento de todos que aprovava um parecer técnico que foi discutido por uma comissão especial de várias Secretarias que elaboraram os itens em cima da Resolução CONAMA de licenciamento de cemitérios. De início foi essa a discussão de aprovar esse parecer técnico do CADES de 2019. A Resolução é basicamente, eu não sei se vocês estão conseguindo ler, ela era uma eternização de apresentar os itens de um termo de referência, só que eu não tinha uma sequência de um estudo para facilitar a análise, para tornar também um documento e qualquer cidadão possa ler e entender, mas ela vinha com os itens meio que um de cada lado assim, tanto no meio físico como do meio antrópico, meio biótico e depois ela repetia também os mesmos itens, então com a experiência adquirida nesse tempo de licenciamento desde 2009, a gente resolveu dar essa reestruturada na Resolução, vamos dizer assim, deixando

mais fácil compreensão e para um estudo mais completo do que era antes. Já vou direto para a proposta da nova Resolução, ela dispõe sobre o Licenciamento Ambiental para adequação do Cemitérios existentes desde 2003 no município de São Paulo, então vocês podem ver que é uma complementação e atualização da resolução anterior. Nessa nova resolução a gente incluiu cemitérios de animais e fez uma série de definições de acordo com a CONAMA de Cemitério Horizontal, Cemitério Parque ou Jardim, Cemitério Vertical, então a gente fez esses esclarecimentos que na outra já não tinha e adequamos o termo de referência que eu vou só passar pelos tópicos aqui para vocês, que eu acho que a gente não precisa entrar dentro de cada detalhe. Então o anexo 1, que vai fazer do termo parte do licenciamento, que é o termo de referência para elaboração de EVA - Estudo de Viabilidade Ambiental que é o estudo solicitado na avaliação do licenciamento de cemitérios, então ele vai, capa, o índice, uma introdução, informações gerais para identificação do Empreendedor ou Concessionária com toda a identificação deles, identificação do cemitério que é apresentar nome do empreendimento, endereço, telefone, administrador, apresentar a instituição religiosa também responsável pelo Empreendimento no caso de cemitérios particulares. 2.3: identificação da empresa responsável pela elaboração de estudo ambiental. Item 3: uma localização geográfica, que é apresentar mapa com sobreposição de fotos, mapa da área do cemitério, detalhes de cada quadra, levantamento (som ininteligível). Então está detalhando um pouco mais do que apenas uma simples localização que era solicitado na Resolução CADES anterior. Objeto de licenciamento, que é onde a pessoa vai descrever detalhes do empreendimento de forma resumido, mais meio que detalhado, tanto que a gente possa analisar um estudo adequado. Seguido do item Caracterização do Empreendimento, que são as suas características gerais, suas características operacionais e tudo que ele está fazendo dentro do cemitério, de um modo detalhado para que a gente possa seguir na análise, isso também não tinha tanto na CADES anterior. Próximo é o item 6, que é uma Legislação Incidente, a empresa responsável pelo estudo vai ter que citar toda a legislação específica e fazer a análise do empreendimento. Item 7: Projetos Colocalizados, que é descrever os planos e programas governamentais à esfera Municipal, Estadual, Federal e projetos públicos, para saber interferências entre um empreendimento e outro. Entramos também com a definição das áreas de influência, onde vai ter que detalhar uma área diretamente afetada, área de influência direta e área de influência indireta, todas essas atualizações são ganhas na resolução anterior. Seguido depois do diagnóstico ambiental aonde vai detalhar o meio físico, considerando aspectos climáticos, qualidades do ar, níveis de ruídos, geologia, geotecnia, geomorfologia, recursos hídricos, rede de infraestrutura urbana, áreas contaminadas. Entrando para o meio biótico, áreas ambientalmente protegidas, vegetação, fauna silvestre, fauna sinantrópica, meio socioeconômico, patrimônio histórico, acessibilidade, perfil demográfico e socioeconômico, uso e ocupação do

solo, infraestrutura urbana, mobilidade e viagens. Próximo capítulo seria a identificação e avaliação dos impactos ambientais onde vai apresentar a metodologia utilizada para identificação e avaliação dos impactos, tanto os existentes como os futuros e fazer toda análise disso e a gente também determinou que se faça uma análise mais detalhada, ou seja, mensurados os impactos né, incluindo uma matriz de impacto ambiental também, considerando todos os possíveis impactos a serem gerados pelo Empreendimento. Próximo capítulo, seriam Planos de Programas Ambientais também não são apresentados considerando os impactos ambientais negativos identificados, onde o estudo deverá conter as informações que demonstrem as ações relacionadas às medidas preventivas, mitigadoras ou compensatórias destinadas a cada acompanhamento ou monitoramento. A gente explica, mais ou menos, uma estrutura que deve (som ininteligível) e dentre esses planos, também o plano de operação ambiental, que é um plano de operação do cemitério e contempla os seguintes programas: programa de manutenção do sistema de drenagem de águas pluviais, programa de movimentação do solo, quando tiver, programa de acondicionamento dos corpos, programa de acondicionamento e destino dos resíduos de exumação, programa de implantação de vegetação arbórea, programa de manutenção do sistema de drenagem de gás, programa de resgate de fauna, programa de monitoramento, controle e dispersão de proliferação de fauna sinantrópica, programa de segregação, acondicionamento, destino de resíduos sólidos, orgânicos e de coleta seletiva de resíduos inorgânicos, programa de monitoramento das redes de infraestrutura urbana, programa de controle de processos erosivos e assoreamento, programa de comunicação social e orientação a população, programa de educação ambiental, programa de monitoramento das águas subterrâneas e áreas contaminadas. Seguindo do plano de adequação ambiental, teria a compensação e remediação de passivos ambientais, caso existentes, é essencial para a nossa análise. Plano de contingência, que é uma emergência ambiental, pode acontecer, também tem que prever dentro desse estudo e plano de encerramento de atividades, que são as medidas de recuperação da área atingida e indenização de possíveis vítimas em fase de eventual encerramento por parte ou integralidade do cemitério. Isso aí foi retirado da CONAMA, está citado lá e a gente não poderia deixar de contemplar aqui também, embora é difícil o cemitério acabar, ele pode encerrar as exumações, mas ele vai continuar lá toda a vida, não vai ter um parque, alguma coisa desse tipo. As conclusões e recomendações do estudos e aí a gente também pede alguns documentos anexos, que é matrícula atualizada do imóvel, alvará para construção de quadras e jazidos, emitidos pelo órgão competente à época, então para quadras que foram objetivos de ampliação, quer saber todo esse histórico, todo o licenciamento, certificado de conclusão de todas as edificações, alvará de licença metropolitana, no caso do cemitério de áreas de manancial, manifestação da CPA, comissão permanente de acessibilidade, (som ininteligível) de

processos administrativos de áreas contaminadas, investigação ambiental para análise do GTAC ou CETESB. Depois temos mais uma lista de o item 14 de mapas e plantas, uma série também descrevendo todo tipo de apresentação gráfica que o estudo deve conter, a gente cita todos os aspectos a serem abordados nessa representação gráfica para tornar mais fácil a nossa análise e também com revistas da população ao estudo ambiental. A gente também tem mais uma série de plantas e as referências bibliográficas, então encerra essa indenização do EVA que a gente espera que seja apresentado, então na verdade, só resumindo o que eu já falei no início não se trata de nenhuma alteração, muito pelo contrário, tem um aprimoramento, são solicitados itens a mais, não foi esquecido nenhum item da resolução anterior, até porque era meio simplificada e de 2009 já se passaram também 14 anos né, então vale essa atualização. Era isso que eu tinha que apresentar, se alguém tiver alguma dúvida disso, depois a gente dispõe a apresentação para vocês.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Valeu Juliano.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Juliano. Antes da aprovação, o Lucas levantou a mão e a Vivian levantou a mão primeiro. Vivian, por favor.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Ju, parabéns pela apresentação, ele já é responsável por tantos roteiros que eu conheço que estender o tapete vermelho aqui para o Juliano. Eu não consegui ler a apresentação que você mandou porque estava muito pequenininha para mim, mas eu peguei a que a gente recebeu, eu fiquei com uma dúvida aqui, logo no comecinho, dispõe sobre o licenciamento ambiental para adequações dos cemitérios (fala interrompida).

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Vivian.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Oi.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: A gente vai encaminhar.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Ah, eu recebi. Eu só queria tirar uma dúvida Secretário, se essa resolução dispõe apenas sobre a equação dos cemitérios existentes ou ela dispõe também sobre implantação de cemitérios, aí eu ia sugerir

que logo na abertura ficasse da seguinte maneira: dispõe sobre o licenciamento ambiental para implantação e adequação dos cemitérios, aí não precisaria ter a palavra existentes, isso foi uma dúvida que surgiu porque eu não consegui ler a apresentação ao vivo, eu li a que vocês mandaram. Não estou te ouvindo Ju, está fechado o teu microfone.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Tudo bem Vivian. Então, na verdade como ela é uma revisão da CADES de 2009, essa de 2009 era a regularização dos existentes mesmo, então é por isso que a gente manteve isso aí também para os novos Empreendimentos que obedecem a CADES 207 que é o licenciamento novo, mas basicamente não muda muita coisa, mas como essa era específica para Cemitérios existentes de regularização, então a gente só fez as definições de cemitérios horizontais, verticais e tal, mas a gente não quis alterar muita coisa, como é uma proposta só de uma atualização, então os novos Empreendimentos estão contemplados na CADES 207.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Em São Paulo já tem cemitério vertical?

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Não. A gente não teve nenhum licenciamento disso.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Embora ela preveja isso.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Sim.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: É que foi lendo isso, daí eu voltei no cabeçalho, quem sabe ela poderia (som ininteligível).

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: A gente pôs as definições, de repente a gente não temo conhecimento, mas se o (som ininteligível) falar que já tinha cemitério vertical aí há 10 anos, preciso regularizar, mas os novos obedecem a CADES, entram com a solicitação e termo de referência, embora o termo de referência praticamente vai ser o mesmo com algumas adequações, que a gente fez sim nessa atualização que foi o que a gente usa nos termos de referência atuais de novos Empreendimentos, a gente tentou levar para regularização dos existentes, o mais próximo possível, então foi nesse sentido, por isso que não é uma nova resolução nada, é uma atualização e

a gente não quis nem alterar aqui, “olha vamos para os novos”, não, então como a antiga era regularização do existente, a gente manteve nesse sentido.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Ju, eu só queria te dar duas dicas na página 9 e na página 15, corrige, não é área preservação, proteção e recuperação dos mananciais, está preservação. Depois se você quiser eu te mando. Página 9 e página 15, na 9 é na segunda linha, APRM, Área de preservação de Mananciais, é área de proteção e recuperação de mananciais.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Qual que é o artigo, Vivian. Tem algum artigo aí?

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: 9,2,1. Áreas ambientalmente protegidas, na segunda linha da página 9. E depois na página 15, no item 14, mapas e plantas, como anexos, no mapa 15 novamente, está área de preservação de mananciais, daí você coloca área de proteção e recuperação dos mananciais.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Legal Vivian, obrigado.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Nada, um abraço para vocês, desculpa. Hoje falei demais.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Não, que isso Vivian. Você está ajudando.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Você sempre soma, muito obrigado Vivian, pela sua colaboração.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Vivian, se você ver que tem mais alguma alteração encaminha para a gente ainda hoje, importa para o Juliano e para a Érica que eles são responsáveis por estar fazendo essa alteração, que a gente precisa fazer essa alteração ainda hoje.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Mando sim, eu mando por e-mail ou se você quiser mando por WhatsApp, fica tranquila, Li.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Você copia o Juliano Formigoni e a Érica, por favor. Lucas, por favor.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Bom dia gente. Também serei breve. Consegui (som ininteligível) um pouco mais sobre isso hoje, sou o representante suplente aqui da Secretaria Municipal de Cultura do Município, só para já contextualizar, eu estava vendo o ponto sobre patrimônio histórico, que ele está o ponto 9.3, página 10, eu queria propor a inclusão, primeiro perguntar.. está dando um pouco de eco. Se a gente, como vocês estão pensando, Liliane, acho que é o microfone de vocês.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Está quebrando a sua voz.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Está indo agora?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: É, só que para gravação, você tem que falar de onde é, por favor.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Cultura.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Obrigado Secretário. É que está dando eco, o microfone de vocês.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Vamos lá, todo mundo ajuda.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Show. Então, o que eu queria perguntar para vocês, acho que agora é multaram aí, é como vocês estão pensando com essa interface do licenciamento com outras áreas que precisam de aprovação né, a gente está tendo com a demanda aqui com a questão do cemitérios, de algum cemitérios que tem legislação de tombamento, então a gente recentemente abriu o processo de tombamento do cemitério de São Paulo, a gente teve a oportunidade de fazer uma visita lá, a gente do DPH e o pessoal estava comentando, se preparando nesse momento da concessão para fazer esse plano de gestão geral, que eu entendi que vai ter um envolvimento da regularização do licenciamento Ambiental dos cemitérios, é isso né, correto, pelo que vocês ponderaram. Então eu queria perguntar como vocês estão pensando porque talvez fosse oportuna a gente propor alguma forma já de interface que na hora do licenciamento eles tenham que

apresentar, essa apresentação às vezes, de um plano diretor, um plano de restauro aqui, vou trazer um caso concreto né, eles comentaram que tinha uma problemática relacionada ao ossuário, eu imagino que tudo isso já esteja colocado no próprio licenciamento ambiental, mas que o próprio ossuário integra parte dos bens protegidos pelo tombamento, então não é uma análise corriqueira, imagino eu, às vezes no licenciamento isso vai ter que ser considerado também. Então eu pensei se não valeria a pena colocar nesse ponto 931, além de formar a existência, aí eu vou jogar aqui no chat só para pensar se isso faz sentido ou não, eu escrevi agora correndo, então talvez vocês queiram melhorar, propor, fica à vontade, não sei se a gente vai aprovar a minuta hoje, eu sei que hora já está corrida, mas esse ponto ficou para o final, a gente tem que colocá-lo e talvez para já integrar SMUL dos processos de licenciamento que a gente tem dos bens tombados, de intervenção em bens tombados muitas vezes faz esse requerimento assim, apresentar planta aprovado anuência do CONPRESP, então nesse caso, seria uma interface, ou seja, na hora que eles entrarem no licenciamento aí com vocês, que eles também eventualmente apresentam já a análise daqui.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Lucas. A gente está sugerindo colocar em documentos a verificação junto a CONPRESP.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Sim. É isso que eu estou ponderando, não só a informação, por exemplo, tem casos que vai ter essa interface, certo. Consolação, Cemitério São Paulo, Vila Alpina, agora a gente ter alguma forma já de que o próprio processo de licenciamento consiga entender, porque imagino que os colegas aí do verde que pensa assim, você licencia tudo de uma vez só aí depois aí chega o pessoal aqui e a gente fala “Não, isso daqui é incompatível com o bem tombado”, certo, ou às vezes tem existência, mas a gente vai ter que (som ininteligível) uma diretriz específica, digo nesses três ou quatro casos a gente talvez tenha um caso, são casos específicos, mas que a gente já possa proporcionar para o próprio termo de referência já ter uma saída, assim, olha, então,” você tá numa área tombada”, “você vai ter que rever aí esse programa de manejo específico” né, tem todas as normativas, CONAMA, exato, mas aí que ele já possa apresentar isso, estar de acordo com o tombamento, “os bens tombados são tal, tal e tal”, ou “optamos isso porque vai ter que ser preservado o ossuário junto ao negócio”, enfim, a gente já narrar essas duas pontas para facilitar a tramitação, tanto análise para vocês, tanto para direcionar eles para entrarem com processo aqui, tanto para evitar retrabalho porque depois licencia e tem que modificar porque a parte não teve o cuidado com o patrimônio histórico dos CADES, muitos casos vão ser isentos, mas alguns casos vão ter interface.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Por isso que inicialmente a gente pediu, o estudo ambiental apresenta o mapeamento do que está disponível para ele, de bens tombados ou não, (som ininteligível) verificado dentro do processo de licenciamento, sempre a gente pede que se apresente também a manifestação do órgão responsável como complementação, se é que ele não venha já com isso. Eu sugiro também de repente a gente pode colocar no documento manifestação do CONPRESP, com relação a isso né, como se trata de uma regularização, é que você já está tendo esses três casos aí, mas eu não sei o quanto que eles vão interferir, a gente ainda não tem esse conhecimento, só no processo. Você sugere que coloque CONPRESP e CONDEPHHAT, dentro das manifestações? Aí se a pessoa não tem, ela também não justifica. Se de repente não está mapeado, nem tombado.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Então, exatamente, é que tem dois passos, uma questão é a própria existência que as vezes vai ser isento de bem tombado, e as vezes até (som ininteligível). E aí eu estava lendo e nessa parte 93.1 me parece que não tem uma possibilidade de um segundo passo, a gente poderia integrar, entendeu.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Sempre tem. A gente está, na verdade, é uma indenização do que ele tem que apresentar, faz parte da nossa análise, ele apresentou “olha, estou ali perto de um bem tombado”, então a gente sempre pede, mas eu acho que vai apenas somar uma nova manifestação aqui, se também não vai prejudicar vocês, na análise de todos os Empreendimentos, eu acho que é um ponto positivo colocar na relação de documentos, a gente já está indo além da identificação.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Exato. Na verdade, no caso tem interface, ou seja, o próprio cemitério é um bem tombado, aí eu acho que a gente tenha que direcionar o documento.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Não tem problema nenhum. Eu acho que a gente colocando isso aqui agrega o estudo e a pessoa vai lá em cima da manifestação de vocês e vocês também vão se manifestar a tempo de falar “olha, não, nesse caso a gente não tem nada”.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Exato. (Som ininteligível).

Participante não identificado: É que essa (som ininteligível) teve que contemplar cemitérios públicos e particulares, ela não foi específica para cemitérios públicos, a gente chegou a ler o contrato de concessão também para elaborar essa (som ininteligível) ele não coloca também um plano de trabalho, respaldo e tudo mais, que vai (som ininteligível). Existem exigências específicas (som ininteligível) são diretamente relacionados a patrimônio histórico. Acho que é só isso.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: É isso, mas uma coisa é o contrato de concessão outra é o licenciamento ambiental, certo. Você falar assim “ah não aqui na resolução nova, está na página tal”, tranquilo, mas eu acho que se o trabalho a gente (som ininteligível) e já detalhar para o licenciador fazer o processo, seja ele público ou privado, agora não tem mais público, tem concessão, mas aí já direciona porque ele vai saber o que ele vai ter que pedir para a gente também entendeu, a não ser que para vocês também pode entrar aí, vocês vão identificar que o Cemitério da Consolação, um bem tombado, não sei qual o direcionamento que dá, mas fica a critério.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: As manifestações que a gente está adicionando aos documentos já supre isso que você está sugerindo aí que é a manifestação do CONSPRESP, (som ininteligível).

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Eu pus assim: em caso de interface com legislação preservacionista, apresentada aprovação de despacho, projeto ou plano diretor aprovado pelo órgão competente que descreva a relação dos programas e planos de manejo de rotina com os meios culturais protegidos. Tranquilo. Digo assim porque depois o cara tem um plano dele, “Ah vou fazer um cemitério vertical”, “Vou fazer uma expansão”, sei lá.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: É porque na verdade, essa proposta de atualização é justamente para isso, isso não estava nem (som ininteligível) na de 2009 né, a gente está aqui mais é para somar e também para fechar esse circuito aí, se você puder mandar por escrito isso aí a gente põe dentro do 9.3.1, na sequência aqui, que em caso de (som ininteligível) localizar em mapa e tal. Eu agradeço a sua contribuição, se você puder mandar.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Já pus no chat. Fico à disposição. Os que passarem de regularização, são isentos.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Também caso a caso, isso não impede de a gente também ter interfaces entre as Secretarias que é o que a gente sempre faz, a gente se coloca à disposição aqui do Verde também que conta com o auxílio de vocês também no processo do licenciamento. Eu agradeço.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Sim, como sempre a gente fica à disposição, mais a gente já mastiga o que tiver para mastigar.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Sem dúvidas. Obrigado Luca.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Damos como aprovado. Sr. Ângelo quer fazer uma pergunta, por favor, Sr. Ângelo.

Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3: (som ininteligível) estou aqui com a equipe da Secretaria do Verde fazer uma fiscalização na área do empreendimento (som ininteligível) pessoal resolveu dar a volta e entrar pela rua de trás, que é a rua de um tal de um Japonês, quando nos deparamos, eu e o morador da área que conhecia, o cemitério Jardim do Pêssego, pergunto eu, quanto a localização, tem algum impedimento? Porque esse cemitério está ao lado de uma indústria e produtos alimentícios. Tem alguma coisa a respeito disso? (Som ininteligível).

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: (som ininteligível).

Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3: Você tinha conhecimento desse cemitério?

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Não. (Som ininteligível).

Ângelo Iervolino – Macrorregião Leste 3: (som ininteligível) uns 3 anos que a gente descobriu que tinha esse cemitério. (Som ininteligível).

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: É, ele está irregular. (Som ininteligível).

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: (som ininteligível) pedir a fiscalização (som ininteligível). Se não tiver, a operação está irregular. Suspende.

Juliano Formigoni – SVMA/CLA: Ocasão que a gente vai analisar (som ininteligível).

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Sr. Ângelo fez uma pergunta ao Juliano. Esse cemitério que o Sr. Ângelo falou...

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Pede uma fiscalização e manda o (som ininteligível) se estiver irregular. (Som ininteligível).

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Lucas se você puder dar uma palavra com o Sr. Ângelo, por favor.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Não, é outro ponto, eu só falei da questão da... (fala interrompida).

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Sr. Ângelo. O Luca, da cultura, ele já está falando aqui que ele já estava resolvendo isso.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: Não, gente. Desculpa. Não, esse ponto é outro, eu falei em cima da questão da resolução, o ponto do cemitério segue aí.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Entendi. Então continua o assunto da resolução, não do Sr. Ângelo. Entendi aqui.

Luca, estou aqui com a Érica, técnica nossa aqui e ela está pedindo para você colocar no chat, o que você está precisando, da sua sugestão, da alteração aqui. Você colocou aqui já, “Pessoal, no caso da aprovação da resolução questão proponho a incorporação do item acima ao ponto 9.31 só para termos o momento da votação”, é isso Lucas. Foi aceito, os técnicos que estão aqui comigo estão falando que foi aceito. Você está me escutando né. Hoje está meio tumulto aqui, muita gente.

Luca Otero D Almeida Fuser – SMC: É que eu não entendi o que você ia colocar em votação.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Não. Vamos colocar em votação. Com a sua alteração e com alteração da Vivian. A gente já está colocando em votação isso aí. Eu coloco em votação, a alteração da Resolução 131 do CADES de

2009, feita por Sr. Juliano Formigoni e Sra. Érica Valdame da Coordenação de Licenciamento Ambiental – CLA. Todos aprovados?

Participante não identificado: Sim.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Então dou como aprovado a Resolução 131 CADES de 2009, com as alterações feitas pela Vivian e pelo Sr. Luca. Então vai ser alterada algumas partes aqui, a gente vai estar encaminhando para vocês via e-mail e logo depois vai ser publicado e assinado pelo nosso Secretário Eduardo de Castro. Obrigada pessoal. Tenho um comunicado, hoje atrasou um pouquinho porque a Dona Rosélia pediu que fosse duas apresentações, por isso que ficou cheia a nossa reunião de hoje, estendeu um pouquinho e também a gente tem que aprovar essa Resolução do 131 de cemitérios que é a pedido também do nosso Secretário Eduardo de Castro e também do nosso Prefeito, que a gente precisa provar isso aí. Um comunicado importante, a nossa convocação para Câmara Técnica de elaboração de pauta vai ser dia 26 de abril, às 10 horas da manhã, a Rízia vai estar encaminhando o e-mail aos nossos Conselheiros e Conselheiras que são da parte da Câmara Técnica. Quem vai receber esse e-mail é somente os Conselheiros e Conselheiras que fazem parte da Câmara Técnico de Elaboração de Pauta. A próxima reunião do dia 17/05 também, nós vamos receber via e-mail as sugestões, lembrando que nós já temos as pautas pré-aprovadas até junho de 2023, então as pautas que vierem agora vamos passar para julho, agosto e setembro, para não ficar várias pautas numa reunião só. Passo agora a palavra nosso Presidente da mesa Carlos encerramento da nossa reunião obrigada por vocês hoje aqui por favor do senhor Carlos Vasconcellos para encerramento dessa reunião. E obrigado por vocês hoje. Só um adendo do Sr. Carlos Alberto, por favor.

Carlos Alberto de Moraes Borges – FECOMERCIO: (som ininteligível) acho que é espetacular (som ininteligível).

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Onde estamos, como estamos e para onde vamos.

Carlos Alberto de Moraes Borges – FECOMERCIO: (som ininteligível).

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Essas nossas apresentações não são conclusivas, elas não estão terminativas, a gente utiliza essas apresentações como uma forma de divulgar ações, divulgar o que determinados grupos, determinado Técnicos estão fazendo, mas a gente está sempre aberta a retornar,

discutir, fazer (som ininteligível) exatamente criar esse círculo virtuoso de desenvolvimento.

Carlos Alberto de Moraes Borges – FECOMERCIO: Acho que o sentido é valorizar, inclusive, entidades que estudam a cidade poderiam eventualmente colaborar também, então talvez faça sentido pensar no grupo de trabalho. Só isso, obrigado.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Carlos. Dou como encerramento para o Presidente da mesa, Sr. Carlos Vasconcelos, por favor. Obrigada vocês por hoje. Vamos lá Carlos.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Então, essas nossas reuniões são fantásticas, essa nossa opção e como eu falei essa novidade que a gente trouxe de fazer apresentações para exatamente criar as provocações contribuem demais, eventualmente, até estava conversando com a Liliane, às vezes fica um pouquinho complicado, são muitas apresentações no dia, a gente tenta regular isso daí, hoje foi mais uma exceção do que é regra, três apresentações realmente é bastante coisa, mas a Rosélia tinha pedido para fazer as duas hoje e tinha a necessária apresentação do Juliano em relação a Resolução CADES. Então eu peço o entendimento de todos. Bom, com isso daí, mas uma vez, uma grande reunião, intervenções muito positivas dos nossos Conselheiros, do Ramos, do Ângelo, de todos os Conselheiros que falaram, senão eu vou ficar meia hora aqui falando o nome de todos, mas mais uma vez eu agradeço o envolvimento de todos, incito a todos a continuarem se envolvendo, a trazerem a Sociedade Civil porque é assim que a gente melhora São Paulo, é assim que a gente protege, desenvolve e toca o meio ambiente na Cidade. Isso daí em nome do Prefeito, em nome do nosso Secretário Eduardo de Castro, eu agradeço a presença de todos, envio o meu abraço fraterno para todos. Temas de pauta para futuras reuniões, quem quiser manda para a gente, tem o nosso e-mail caedes@prefeitura.sp.com.br e meu abraço fraterno e uma ótima semana para todos, até a próxima.

São Paulo, 12 de abril de 2023

EDUARDO DE CASTRO

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -CADES



Eduardo de Castro

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Em 25/04/2023, às 12:39.



Wagner Higino dos Santos

Agente de Administração

Em 25/04/2023, às 16:55.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **082120847** e o código CRC **82A92A54**.
